



## **A ESQUERDA SE REARTICULA INTERNACIONALMENTE O “IV SEMINARIO DE LOS PARTIDOS POR UNA NUEVA SOCIEDAD” E O “IX FORUM DE SÃO PAULO”**

A Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP) participou, em fevereiro último, da versão 2000 dos dois mais importantes encontros anuais da esquerda latino-americana: o *IV Seminario: Los Partidos y una Nueva Sociedad* (IV SPNS), nos dias 14 a 16 na cidade do México; e o *IX Foro de São Paulo* (IX FSP), de 19 a 21 em Managua, capital da Nicarágua. Junto com esta edição da VODC, segue em Anexo o conjunto das “*ponencias*” enviadas com antecedência para o Seminário do México e as resoluções do IX FSP. Na próxima edição estará disponível, em Anexo, a tradução na íntegra das transcrições gravadas das intervenções do representante da CCLCP nas plenárias de ambos os eventos.

Segue abaixo um relatório do nosso representante nos dois Encontros internacionais. Tanto o Seminário dos Partidos por uma Nova Sociedade (SPNS) quanto o Fórum de São Paulo (FSP) são apresentados com comentários. O mais importante aqui, é perceber o que se trata de posições defendidas por outras organizações, e o que é o comentário do nosso representante.

### **O EXITOSO SEMINÁRIO DO MÉXICO**

O SPNS vem se realizando desde 1997, com a história do México como estimulante testemunho desde o mural de Diego Rivera *Sueño de una Tarde Dominical en la Alameda*, no Hotel Casablanca, situado no *Paseo de la Reforma*, a poucas quadras da *calle de la Revolución*. Convocado pelo *Partido del Trabajo* do México (com o apoio dos outros partidos da “Alianza por México”, que apresenta a candidatura de Cautémoc Cárdenas do PRD a presidência da república). Este ano contou com a participação de 43 organizações de 22 países da América, Europa, Ásia e África. Os temas gerais da pauta de discussão foram: 1. A Esquerda Frente à Crise do Neoliberalismo; 2. Análise e Crítica da “Terceira Via”; 3. Análise e Perspectiva das Experiências de Construção do Socialismo; 4. Experiências de Governo Alternativas ao Neoliberalismo; 5. Partido, Classe Operária e Organizações Sociais: o Caráter Internacionalista de suas Lutas. Trata-se de um espaço voltado para a busca da construção de uma programática alternativa ao domínio do grande capital e do imperialismo, assim como uma maior dinamização da cooperação entre os partidos de esquerda. Estes “Seminários” vem se caracterizando pela centralidade dos problemas da *Revolução Socialista*, pela profundidade na apresentação de análises e nos debates e por um fraternal respeito mútuo, combinado com uma exigente atitude crítica e autocrítica. Em relação ao ano passado houve um importante amadurecimento do SPNS, sobretudo pela qualidade dos debates, desenhando-se mais nitidamente os elementos políticos que unificam a esquerda latino-americana, assim como as bases analíticas e teóricas das divergências nas propostas programáticas, organizativas, estratégicas e táticas para construir uma alternativa de transformação social.



Não é possível traduzir aqui nem mesmo um esboço da riqueza de informações, perspectivas e matizes que se manifestaram no IV SPNS. Nos limitamos a apontar, de modo extremamente breve, as principais tendências que vêm se configurando e alguns pontos polêmicos centrais (de cuja solução poderá depender o futuro desenvolvimento da esquerda e o resultado de nossas lutas).

Os debates ligados ao Tema 1 foram marcados pela polêmica sobre a natureza e os efeitos da chamada “globalização” e sobre a existência ou não de uma crise do “modelo neoliberal”. Quase todos os representantes de organizações que se pronunciaram falaram de “crise do neoliberalismo”; outros argumentam que não tem sentido falar em crise porque o modelo tem conseguido êxito; e alguns questionaram a pertinência do conceito e insistiram na importância de analisar a ofensiva do imperialismo e os fluxos e refluxos das políticas da direita no contexto mundial das oscilações da crise estrutural do capital e da lutas de classes, com suas especificidades dadas pela estrutura social e a conjuntura política concreta de cada país.

O núcleo duro da argumentação dos que sustentam que, apesar dos seus altos custos sociais, dentro do que se propõe a política “neoliberal” vem obtendo êxito, pode ser assim resumido: Os governos que a aplicaram (Pinochet e Frei, Salinas e Zedillo, Chamorro e Alemán, FHC, Menen, Fujimori, etc.) conseguiram estabilizar a inflação, consolidar o crescimento econômico e a acumulação de capital, deter a queda dos lucros através do arrocho salarial e da precarização do trabalho e provocar uma crescente concentração de renda e poder. “O neoliberalismo deve seu sucesso a seu papel de vanguarda modernizadora” na sua análise das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Como na “globalização” o imperialismo e o Estado-nação estariam sendo suplantado pelos “atores transnacionais”, a “velha” retórica do nacionalismo revolucionário perdeu sentido, pois não seria possível uma “volta” ao “protecionismo indiscriminado e ao estatismo”, nem uma ruptura radical com a reestruturação econômica “proposta” pelas instituições financeiras internacionais, sob pena de um catastrófico corte dos laços com a economia global. o “pós-industrialismo”, com a “reestruturação produtiva” e a “revolução informática”, traz o desemprego progressivo com o declínio da importância política do proletariado; a atividade econômica passaria da produção de bens para o processamento da informação e a realização de serviços, sendo que as ocupações com um alto conteúdo de informação e conhecimento técnico constituiriam o núcleo principal da nova estrutura social. Além disso, “o proletariado atual rejeita a ruptura com o capitalismo”, luta para reforma-lo e aperfeiçoa-lo. Segundo esta visão, o marxismo tem aspectos válidos como método de análise do capitalismo, mas deveria ser depurado dos seus “aspectos utópicos”. Alguns defendem que é necessário “abandonar a idéia de socialismo como alternativa global ao capitalismo”: “ser socialista hoje” não passaria mais pela socialização dos meios de produção, mas por investimentos na formação de recursos humanos e na criação de uma igualdade de oportunidades na educação; passa por um “choque de ética”, por um “capitalismo sobre controle social”. Outra variante é a visão de que o socialismo “brota” do capitalismo e convive com ele, sob a forma do cooperativismo. Outros falam que a “idéia ética” do socialismo permanece válida, mas sua realização “está para além do horizonte visível”; trata-se de um objetivo para ser propagandeado, mas “o que faz avançar é a luta contra o neoliberalismo”. Em síntese: o que a esquerda hoje pode fazer são reformas. O grande desafio não estaria no debate de como substituir o capitalismo, mas em como ele pode



ser “dirigido” e “regulado”. A alternativa seria a formação de uma ampla frente eleitoral “anti-neoliberal” capaz de ganhar o governo. Este encaminharia uma “renegociação soberana da dívida externa” (sem apontar para o não pagamento) e a “suspensão dos programas de privatizações” (mas sem assustar o mercado com propostas de reestatização); buscaria a “inserção soberana na globalização” (através do fortalecimento de blocos regionais e da defesa comercial com o fim da dolarização); e promoveria a “revolução democrática” concebida como “ampliação da cidadania”, através da geração de empregos (baseado no apoio à pequenas e médias empresas), do fortalecimento do mercado interno e do desenvolvimento sustentado (do capitalismo naturalmente) com “distribuição de renda”.

Esta posição era minoritária no IV SPNS, mas teria um grande peso no IX FSP, sendo assumida, com nuances, pelas direções “moderadas” do PRD do México, da FSLN da Nicarágua e da Frente Ampla do Uruguai (assim como do PS chileno e PT do Brasil, que não estavam no IV SPNS). O importante é que ela foi explicitada claramente no encontro do México, o que tornou possível que seus erros, insuficiências e ilusões fossem criticados (num debate fraterno, franco e radical). Há ainda todo um déficit teórico da esquerda revolucionária na análise do capitalismo monopolista da era atual, mas já há certo acúmulo na refutação de certas construções ideológicas mistificadoras, muito difundidas na última década, que infelizmente foram assumidas por muitos como sendo a própria realidade.

### CRÍTICA DA INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA BURGUESA NA ANÁLISE DE CONJUNTURA

É certo que nos últimos 20 anos, desde o início da ofensiva neo-conservadora - com os governos de Thatcher, Reagan e Nakasone - até hoje, houve uma imensa intensificação na concentração e centralização de capital (em si parasitária e improdutiva) e a esquerda revolucionária experimentou um sério refluxo em meados dos anos 80 (que atingiu em 92, com o colapso das transições socialistas na Europa e sobretudo na URSS, o seu ponto mais baixo desde a vitória do fascismo na Alemanha). Mas os motivos desta crise não residem em nenhuma transformação bem sucedida do capitalismo, pois este vive uma crise muitíssimo mais grave e profunda que as crises conjunturais (que fazem parte da sua “normalidade”, onde a destruição do capital superproduzido permite a retomada de um novo ciclo de expansão). **Vivemos desde a década de 70 uma crise estrutural que ativa um conjunto de contradições e limites que não podem ser superados no interior do capitalismo.** A queda da taxa de lucros, o endividamento generalizado e os déficits fiscais montantes, ritmos cada vez mais baixos de incremento produtivo, a crescente produtividade ao lado da redução da base de consumo, **são um conjunto de manifestações de uma crise cumulativa do capitalismo, permanente e crônica, com uma tendência em aceleração à estabelecer a continuidade de uma espiral depressiva, onde uma recessão segue a outra.** A taxa média de lucros dos monopólios que era de 31% no seu auge secular em 1948, oscilou entre 17 e 14% no lapso 68-72, caiu para 9% na recessão de 73-75 e depois de 79 para um patamar em torno de 4% nas duas últimas décadas (com oscilações de 1 ou 2 pontos, houve uma pequena recuperação no período 91-95, até atingir a taxa média de 5,3%, para dar lugar a uma nova queda nos anos 97-99, abaixo dos patamares críticos das crises de 79-82 e 86-90). A dívida pública nos EUA



quintuplicou a partir da chamada “revolução conservadora” de Reagan-Bush e chega à cifra de US\$ 7 trilhões. A taxa de investimento produtivo em relação aos gastos totais dos EUA caiu de 70,7% em 1948 para uma abissal estagnação em torno de 9% nos últimos três anos; nos últimos 20 anos nunca esteve perto de recuperar o patamar de cerca de 25% que exibia no final dos anos 60. Nos próprios termos da “filosofia neoliberal” Friedman argumentava: “com a desregulamentação financeira a especulação será espontaneamente estabilizadora” e “a privatização levará ao fim da recessão e à retomada do crescimento”. Para além das calamidades sociais das últimas décadas, as sucessivas crises financeiras desmentem a primeira “profecia”. Quanto à segunda, não só a renda per capita mundial caiu, como a taxa média anual de crescimento da economia mundial ficou em 2% ao longo do decênio 1989-1999, a menor do século. (Cf. UNCTAD – Trade and Development Report, Nations Unies, Genève, 1999; sobre a evolução da dívida pública norte-americana Cf. *Análise de Conjuntura Econômica*, S.P., 16/11/95 e *Financial Times*, 27/08/99; os índices da queda da taxa de lucro, expressos em termos marxistas, são calculados por D. Roberts a partir de fontes da OCDE, In: *Économie et Statistiques*, Paris, mai./jun. 99; os dados sobre a queda do investimento produtivo nos EUA são do Bureau of Economic Analysis, U.S. Department of Commerce, Washington D.C., 1999; materiais citados na minha exposição sobre o tema 1.)

O momentâneo declínio da esquerda revolucionária liga-se à um conjunto de derrotas específicas dos movimentos anti-capitalistas diante de uma agressiva ofensiva política, ideológica e militar das forças da grande burguesia. Estas derrotas devem-se, entre outras causas, à incapacidade de parcela majoritária dos partidos de esquerda para elaborar diagnósticos adequados da realidade sócio-histórica atual e estratégias revolucionárias viáveis (seja pelo caráter dogmático e vulgar da “teoria” oficial que era apresentada como marxista, solapando a autêntica análise dialética crítico-criadora, seja pelo aburguesamento e socialdemocratização de muitos destes partidos); e, também, à uma crise específica das sociedades pós-revolucionárias em transição para o socialismo, com a falência dos partidos que dirigiam estas transições.

Não é o avanço tecnológico que “cria inevitavelmente o desemprego” (como dizem os “intelectuais de esquerda” do Clube de Roma, sem apresentar nenhuma demonstração consistente de suas afirmações, na pior tradição da autodestruição ideológica), mas sua subordinação cega ao atual padrão de reprodução do capital monopolista. Historicamente a elevação da produtividade social do trabalho sob o capital permitiu a extinção de postos de trabalhos mais insalubres e a criação de outros, com uma expansão maciça da proletarização e portanto da massa de salários monetários, aumento gigantesco dos bens industrializados consumido pelos trabalhadores (mesmo com a compulsão do capital para manter os salários abaixo do nível necessário para satisfazer as novas necessidades), diminuição da jornada de trabalho e agudização das contradições da ordem burguesa. A pressão operária, junto com a concorrência, forçou a burguesia a mobilizar a ciência para gerar dispositivos poupadores de trabalho. O capital ameaçado pelas crises de superprodução (que não é um excedente de riqueza, mas uma crise de acumulação causada pelos mecanismos de distribuição inerentes ao capitalismo) e pela queda da taxa de lucro (devido ao aumento da composição orgânica do capital), só pode assimilar o potencial científico em determinados ramos e não integralmente, freando o desenvolvimento das forças produtivas. A queda da lucratividade trouxe uma redução do ritmo de expansão dos



investimentos industriais, o que por sua vez teve por efeito uma queda no crescimento da produtividade, provocando o aumento da pressão burguesa no sentido de reduzir salários. Os efeitos das novas tecnologias sobre a evolução do nível de emprego (e do nível de vida das massas) dependem da política macroeconômica adotada, o que coloca para o proletariado a necessidade de não se preocupar unicamente com a partilha imediata do valor criado entre salários e lucros, mas **com todas as questões do desenvolvimento e da política econômica, sobretudo as que envolvem a organização do trabalho, o processo de produção e o exercício do poder político**. A contradição entre a racionalidade parcial das “modernizações” promovidas pelos monopólios e sua irracionalidade total ressurgem no paradoxo de que a compulsão a poupar trabalho humano nas empresas capitalistas leva ao seu desperdício crescente na sociedade como um todo. O desemprego estrutural crônico deverá acompanhar o capitalismo até o seu fim: constata-se que um sistema baseado na exploração de trabalho assalariado é crescentemente incapaz de oferecer emprego, gerando um colossal desperdício da principal força produtiva (e a única capaz de criar valor novo) que é o trabalho humano vivo. Mas, **o desemprego em massa tornou-se estrutural somente para o capital** e não para o processo produtivo em si. Tal desemprego não significa desproletarização: há ao contrário uma enorme expansão do proletariado (que não se limita aos trabalhadores industriais, mas inclui todos que, despossuídos de meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho no mercado e viver como assalariados). A proporção do proletariado dentro da população mundial é mais alta do que nunca: a massa de trabalhadores cuja principal renda é o salário, longe de estar “em extinção”, atinge 80-95% da população economicamente ativa (PEA) nos países capitalistas metropolitanos, constituindo-se em crescente maioria em todos os países do mundo atual.

Não é verdade que a informatização constrói uma “sociedade de classe média”. Essas camadas sociais derivam do passado pré-monopolista, quando muitas categorias profissionais mantinham uma posição intermediária entre a burguesia e o proletariado, pois trocavam seus serviços individuais por rendimento privados dos seus clientes (sem a mediação de uma empresa capitalista de serviços). Esta determinação tende a desaparecer: cada vez mais os professores, médicos, advogados, alfaiates e “funcionários de colarinho branco” tornam-se assalariados sujeitos a todas as desventuras do proletariado (demissões, cortes de salários e direitos, desqualificações, etc.). Os trabalhadores improdutivos (que não geram diretamente mais valia, mas desempenham funções intermediárias cada vez mais indispensáveis para o conjunto do intercâmbio mercantil e a reprodução da sociedade capitalista como totalidade) foram integrados em sua maioria aos mecanismos de concentração de capital, na medida em que os serviços e as atividades de distribuição e financiamento são operadas por empresas capitalistas. A enorme penetração do capital na esfera dos serviços ampliou também os limites da produção direta de mercadorias e mais-valia (e portanto do proletariado produtivo), através da substituição de grande parte do trabalho doméstico e dos serviços “improdutivos” pela produção de eletrodomésticos, sistemas de aquecimento central, “mercadorias educacionais” (videocassetes, CD-ROMs) refeições pré-cozidas de produção industrial, etc. O proletariado produtivo incorpora hoje uma crescente fração de trabalhadores intelectuais envolvidos com as atividades produtivas, o que eleva o nível cultural da classe e sua capacidade de entender os problemas da sociedade



capitalista. Hoje há um crescimento maior do proletariado improdutivo, sobretudo nos países metropolitanos (devido a queda dos investimentos produtivos e à exportação das “indústrias fumacentas” para a “periferia dependente”), mas o proletariado industrial permanece sendo a maioria no plano mundial. O proletariado produtivo – que Engels e Lênin chamavam de “destacamento avançado do proletariado” – tem este atributo em função do lugar que ele ocupa no processo de produção, com sua condição estratégica de únicos produtores diretos de mais-valia; e não pelo seu número. **O fundamental não é a historicamente mutável relação entre o “proletariado produtivo” e o “proletariado improdutivo”, mas a socialmente insuperável (nos marcos do domínio do capital) contradição antagônica fundamental entre capital e trabalho.** O capitalismo monopolista tende objetivamente a aumentar ainda mais o peso e coesão do **proletariado como um todo**, posto que a apropriação cada vez mais minoritária da propriedade dos meios de produção aumenta a polarização social e reduz o número de proletários capazes de enriquecer transformando suas economias em capital. O “pós-industrialismo” é uma elucubração puramente ideológica. Se quase todos os bens produzidos nas formações capitalistas modernas vem da indústria, não se compreende onde está o “pós-industrialismo”. Longe de ser uma “sociedade pós-industrial”, o capitalismo monopolista da nossa era constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A confusão origina-se em interpretar como “desindustrialização” o fenômeno oposto de industrialização crescente da agricultura e dos serviços. Estes, aliás, não podem se ampliar ilimitadamente as custas da produção, sem anular sua função específica que é assegurar a continuidade das condições de produção. Quanto ao suposto “reformismo do proletariado”, trata-se de uma velha incompreensão economicista, onde se unem, contra uma visão totalizante e dialético-materialista das tarefas históricas do proletariado, tanto o cintificismo positivista (burocrático e fragmentário) como o irracionalismo romântico (v. adiante “Problemas de Organização da Revolução”).

O conceito de “globalização” (inventado pelos parsonianos MIT e de outras grandes universidades norte-americanas e objeto de grande divulgação propagandística por organismo como o FMI, Banco Mundial e pela mídia capitalista) segue sendo usado pelas organizações de esquerda, por hábito e facilidade de referência, para designar a intensificação da internacionalização dos circuitos do grande capital (sobretudo as novas modalidades de controle monopolista das decisões estratégicas sobre a distribuição e gestão da produção e sobre a organização dos mercados financeiros mundiais). No entanto, os marxistas revolucionários estão atentos aos contrabandos ideológicos embutidos neste conceito pseudo-científico; alguns falam em “globalização imperializada”, para deixar claro o caráter imperialista deste processo, que não significou a superação pelo capital das contradições entre economia mundial e economias nacionais e menos ainda entre os Estados nacionais. A dominação imperialista assume o paroxismo diante do caráter cada vez mais internacional da produção e o caráter cada vez mais nacional (imperial) da apropriação. Na verdade, com a colossal centralização internacional de capital, a oligarquia financeira assume um caráter cada vez mais anti-nacional, pois - apesar do fenômeno da multinacionalização ser indissociável de seus países de origem e da fusão dos monopólios com seus respectivos Estados - há contradições maiores entre a burguesia monopolista com as outras frações burguesas e (evidentemente) com o proletariado e demais setores



populares do seu próprio país, do que com a oligarquia financeira dos outros países. Mas, instituições e acordos internacionais - como o FMI, a OIC e o G-7 - não podem pairar por cima da crise do capital e do aguçamento das disputas interimperialistas. O tal “Estado capitalista global” não existe (sequer em germen ou como possibilidade concreta). Houve um reforço do papel da intervenção direta do Estado burguês na economia para atender às necessidades do capital monopolista. A chamada “modernização do Estado” é apenas um eufemismo para ocultar políticas de corte dos direitos sociais, demissão em massa de funcionários (enfraquecendo os sindicatos do setor público) e de um “Estado máximo” para o grande capital. Os chamados “blocos regionais” traduzem um aguçamento das tensões financeiras e comerciais interimperialistas. A oposição das principais nações capitalistas interessadas no mercado da China, Iraque, Irã, Líbia e Cuba às “leis de extra-territorialidade” aprovadas pelo senado do Estado-imperial americano (inclusive à lei Helms-Burton), expressa a permanência de contradições fundamentais e diferenças de prioridades e interesses entre os Estados imperialistas (o que pode ser aproveitado pela esquerda no poder para escapar do controle do FMI e das tentativas de estrangulamento econômico pelas forças imperialistas) contradizendo o **mito ideológico da “globalização”**. Esta noção esvazia a concreticidade histórica da **forma atual** do processo de integração econômica mundial, ocultando a especificação das classes e Estados que estão dirigindo e se beneficiando deste processo. Os “ideólogos globalistas” procuram eliminar semanticamente o **caráter de alternativa** das políticas imperialistas hegemônicas, apresentando-as como um processo inevitável e **esconder suas raízes sociais** nas necessidades contraditórias dos monopólios e Estados imperialistas. **Sua função é reforçar a hegemonia estadunidense e paralisar as iniciativas anti-imperialistas de reconstrução das nações a partir de baixo, capaz de unir soberania proletário-popular e soberania nacional e de articular a autodeterminação e unidade dos povos hoje subordinados com a construção das condições para a efetiva cooperação e integração mutuamente vantajosa entre países desigualmente desenvolvidos.**

### “TERCEIRA VIA?” - ENTRE A SOCIAL DEMOCRACIA E O NEOCONSERVADORISMO

Alguns companheiros do PRD, afirmam que a “terceira via” representa uma importante renovação do “ideário democrático”, uma modernização da social-democracia no sentido da elaboração de uma política “alternativa ao neoliberalismo”. Argumentam que FHC não representa esta posição, a qual encontraria sua expressão mais autorizada nos livros do sociólogo britânico Anthony Giddens e na América Latina nas formulações do mexicano Jorge Castañeda e de Mangabeira Unger (intelectual ligado ao PPS brasileiro).

Acontece que a “ortodoxia neoliberal” (na verdade pseudo-liberal, neo-conservadora e proto-fascista) inspirada no monetarismo radical formulado pela “Sociedade de Mont Pelerin” (estação suíça onde se reuniam periodicamente um seleto grupo de intelectuais da “direita radical” - Friedrich Hayek, Karl Popper, L. Von Mises, Milton Friedman, Lionel Robbins, Michael Polanyi, W. Lippman, Salvador de Madariaga e outros - empenhados em criticar o “keynesianismo”, combater o “Estado de Bem-Estar” e em elaborar as bases teóricas de uma política capitalista mais dura e desregulamentada) está longe de ser a única tendência influente na formulação de



políticas a serviço dos monopólios. Há um visível balanço oscilatório no sentido de construir uma nova variante keynesiana (mais conservadora e militarista) que será apresentada como capaz de fazer milagres (certamente por um período muito mais curto, que “os anos de ouro” da expansão do pós-guerra). Há também, um fascismo oculto, embutido no atual sistema de poder do capital financeiro, que poderá voltar a manifestar-se como um “fascismo aberto”. O liberalismo morreu com o fim do capitalismo concorrencial. O sistema de poder que resultou das transformações do capitalismo monopolista e do desenvolvimento das multinacionais é incompatível com a “livre concorrência” e com a “democracia liberal”. O colapso internacional da longa dinâmica expansionista do capital e a crise estrutural instaurada nos anos 70, liquidou, também, as condições históricas da preponderância ideológica do “desenvolvimentismo tecnocrático” e do “reformismo keynesiano”. O capital monopolista da nossa época ainda não encontrou sua expressão ideológica satisfatória. Apesar do dogmatismo monetarista da direita radical e do “pensamento único do Consenso de Washington”, imposto pelo Estado Imperial Norte Americano, nota-se que as ideologias do grande capital apresentam um desenvolvimento improvisado e hesitante, mais eclético e inseguro que nos períodos anteriores. Por outro lado, é profundamente enganoso representar o “keynesianismo” e o “monetarismo” como polarmente opostos. Cada um nasce das entranhas dos fracassos do outro, num movimento oscilatório cada vez menos eficaz para enfrentar a crise estrutural do capital, com a agudização de suas contradições manifesta no prolongamento das crises cíclicas, sua frequência cada vez mais curta e sua tendência a tornar-se um *continuum* depressivo. Esperar a restauração da saúde do capital ao seu estado vigoroso anterior por qualquer um dos dois, ou por ambos reunidos, é um notável exemplo do perigoso “pensamento desejanter” que domina os sonhos das elites burguesas e aprofunda o pesadelo econômico-social hodierno.

O grupo articulado na Comissão Trilateral, fundada por David Rockefeller (dono do Chase Manhattan Bank) e por Zbignew Brzezinski (Assessor de Segurança Nacional do governo Carter), que nunca se identificou com “o fundamentalismo de Mont Pelerin”, forma o núcleo da tendência político-ideológica mais influente no governo Clinton. A Comissão Trilateral possibilitou uma interpenetração organizacional, intelectual e política mais eficiente entre tradicionais organizações das elites orgânicas da grande burguesia, com uma identidade teórica e ideológica marcadamente keynesiana: o Council on Foreign Relations, o Committee for Economic Development, o Círculo Bilderberg, o Comitê Europeu pelo Progresso Econômico e Social, a Fundação Ebert, o Political and Economic Planning britânico, o Comitê de Desenvolvimento Econômico Japonês e o Sanken. Desde sua fundação em 1973 a Trilateral sempre contou com a participação ou colaboração dos setores mais direitistas da social-democracia dos países imperialistas: a tendência do SPD alemão liderada por Willy Brandt, Helmut Schmidt, H-O Vatter e Friedrich Thomee (dono da Volkswagen) a mesma do atual chanceler Gerhard Schröder; os grupos liderados por Sueshiro Nishio (fundador do PSD japonês) e pelo ex-primeiro-ministro (94-96) “socialista-pragmático” Tomichi Murayama; a direita do Partido Trabalhista Inglês desde Harold Wilson até Tony Blair, *et cetera*.

A social-democracia se originou organicamente da falência da Segunda Internacional em 1914 quando, com a única exceção de Karl Liebknecht, a bancada de 110 deputados do POSD no Reichstag alemão traiu as reiteradas resoluções dos Congressos da Internacional contra a guerra imperialista e participou da aprovação dos



créditos de guerra exigidos pelo Kaiser Guilherme II. Foram seguidos por quase todos os partidos da Internacional, que apoiaram seus respectivos governos imperialistas (com exceção da firme e conseqüente posição anti-chauvinista dos bolcheviques russos, do POSD da Sérvia e da oposição revolucionária rompida com o oportunismo de suas direções). Vários partidos social-democratas assumiram o governo de países europeus depois da Primeira Guerra Mundial, apoiados pelas respectivas burguesias como uma barreira contra a expansão da revolução proletária, vitoriosa na Rússia. Em muitos casos, a inconsistente gestão social-democrata combinada com seu raivoso anticomunismo, fortaleceu a oposição ultra-direitista e abriu caminho para o fascismo. Depois da Segunda Guerra Mundial, a social-democracia voltou a assumir uma série de governos europeus, mas nunca aplicou seu proclamado “socialismo democrático”. Limitaram-se a governar dentro e para o sistema capitalista. É verdade que - diante da pressão do movimento proletário revolucionário que atingia o seu auge secular e da influência do chamado campo socialista - a social-democracia, nos seus melhores momentos, assumiu bandeiras de reforma social democratizantes e ajudou a conformar o denominado “Estado de Bem-Estar Social”, caracterizado pela existência de um espaço real de liberdades políticas e pela garantia de significativos direitos econômicos e sociais para os trabalhadores. Sem dúvida tratou-se de uma corrente política burguesa mais avançada que as correntes neo-fascistas, tecnocrático-militaristas ou simplesmente conservadoras.

A social-democracia nunca foi homogênea. Sempre houve posições mais a esquerda que exerceram uma influência construtiva na sua base proletária e popular (situação que nem sempre mereceu um tratamento adequado de parte dos marxistas revolucionários no plano das alianças). No entanto, assistimos na última década **uma nova viragem a direita da social-democracia**. O colapso da URSS e do “socialismo real” e a ofensiva neo-conservadora exerceram um impacto depressivo não só sobre os movimentos e partidos revolucionários, mas sobre todas as forças democráticas e progressistas, inclusive aquelas mais moderadas como a social-democracia. Esta perdeu espaço, aceitou o desmonte do “Estado de Bem-Estar” e renunciou aos componentes mais avançados de sua identidade histórica: abandona seu tênue “perfil de esquerda”, seu vago reformismo social e suas tímidas críticas retóricas ao capitalismo. Hoje, diante do desgaste do “neoliberalismo” da direita radical, repudiado pelo eleitorado devido aos desastres sociais que provocou, apresenta-se como uma **“terceira via”** equidistante entre a “velha social-democracia” e o “novo liberalismo” e até como uma combinação de ambos; dentro de uma lógica onde “o velho” é o reformismo social democrático que abandona e o “novo” o conservadorismo que adota.

A formula da “terceira via” tem uma origem inglória: foi usada pelo fascismo para indicar um caminho intermediário entre o comunismo e o liberalismo. Depois de 1945, a social-democracia (apropriando-se de algumas descobertas teóricas de Keynes sobre mecanismos de ajuste, controle e regulação que podiam revigorar temporariamente o capitalismo) apresentou sua combinação de mercado e planejamento estatal como uma realização de sua promessa de “humanizar o capitalismo” e - através de reformas sucessivas e da democratização do Estado burguês - acumular forças para passar pacificamente ao socialismo. Antes a “terceira via” colocava-se entre o capitalismo vigente e o socialismo. Hoje redefine-se como algo “para além” da “dicotomia esquerda/direita” (conceitos que não teriam mais sentido pois, segundo Giddens, “o



socialismo morreu e não há mais luta de classes nem imperialismo”). Propõe a harmonização entre a “prosperidade e inovação proporcionada pelo mercado” e os “valores sociais da democracia”.

Na prática, o “tercerismo” vem administrando a “opção preferencial” pelo investimento dos fundos públicos em benefício do grande capital e a “privatização do público”: impugnando as nacionalizações e maiores impostos sobre grandes fortunas e lucros, assim como qualquer controle sobre a especulação financeira; levando a frente o processo de desobrigação do Estado na garantia de direitos sociais (transformados em serviços regidos pela “lógica de mercado”); buscando facilitar a cooperação inter-imperialista e a regressão colonial dos países dependentes. A promessa de “cooperar internacionalmente para não fazer guerras”, ficou desmoralizada diante da atitude dos governos de Blair, Jospin e d’Alema, do PSOE, do SPD e de quase toda a social-democracia européia frente ao genocídio desatado pela OTAN contra os povos da Iugoslávia. É difícil encontrar, na prática, diferenças significativas entre a “Terceira Via” e os governos da direita radical. (As diferenças parecem concentrar-se numa retórica cosmética, no estilo do slogan da reunião de novembro de 1999 em Florença, reunindo Blair, Clinton, D’Alema, Jospin, Schroeder e FHC: “queremos uma economia de mercado e não os valores da sociedade de mercado”, como se os valores pudessem ser desligados dos processos reais de vida, das necessidades sociais práticas e da produção e reprodução da sociedade como totalidade). A verdade é que a “Terceira Via” não renegou apenas qualquer proposta socialista e qualquer auto-identidade de esquerda, mas inclusive qualquer democratismo reformista ligados à tradição do “Estado de Bem-Estar”. Esta “renovação da social-democracia” tem escassas coisas positivas. Com ela os marxistas revolucionários só poderão coincidir com o pouco que possa se chocar com o “fundamentalismo monetarista” e com alguns aspectos abertamente fascizantes do capitalismo financeiro da nossa época. Algo muito essencial ao neoconservadorismo passa a ser inerente aos partidários da “nova terceira via”: a negação de toda alternativa à política dos monopólios. Infelizmente, sua influência não se restringe à direita dos partidos socialistas e “ex-comunistas” europeus, à FHC e ao PPS brasileiro, mas penetra de modo nefasto em partidos de base popular do nosso continente.

### **CONSTRUIR A ALTERNATIVA: O BLOCO DE FORÇAS REVOLUCIONÁRIAS, A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO E O SOCIALISMO COMO TRANSIÇÃO**

Embora o capitalismo ainda possa deslocar muitos dos seus problemas - por meios manipulatórios e repressivos e com custos cada vez mais desastrosos e perigosos - ele entrou definitivamente num estágio socialmente regressivo, onde não é mais possível para o proletariado obter ganhos defensivos baseados na dinâmica interna de auto-expansão do capital - e não tem nenhum sentido levantar falsas alternativas dentro do sistema, que proponham voltar a variantes recicladas de “desenvolvimentismo” ou a “políticas de consenso para a expansão do Estado de Bem-Estar” - cuja viabilidade histórica se esgotou de modo irreversível. Ao capitalismo realmente existente, como também à “terceira via”, devemos opor (em teoria, programas e ações) uma **nova ofensiva socialista. A necessidade e a atualidade histórica da ofensiva socialista** não significam a defesa de uma perspectiva agitativa imediatista, fácil e ingenuamente otimista. A transição para o socialismo adquiriu uma **atualidade histórica** nova e mais



urgente em vista da intensidade e da severidade da crise do domínio do capital, numa escala nunca antes experimentada. Tal atualidade refere-se à **fase histórica na sua inteireza**, com a atualização das tendências destrutivas do capitalismo em toda a sua complexidade histórica (apesar de todas as flutuações e irregularidades), **delimitando os problemas fundamentais e os parâmetros estratégicos da fase atual**. A liquidação do poder político dos monopólios (a destruição do Estado burguês) e a **construção de um poder revolucionário** continua sendo um requisito básico e indispensável para dar início à transição para o socialismo. O desafio de **reestruturação revolucionária das relações de produção** - voltada não só para a superação do capitalismo, mas para a **superação do capital** - exigirá uma **permanente reestruturação revolucionária da própria política**, tendendo a **fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo**, de modo à tornar pela primeira vez factível como um todo a efetiva realização dos objetivos econômicos socialistas.

**Não haverá transição para o socialismo sem ruptura revolucionária e não haverá revolução político-social sem um imenso crescimento da luta organizada e consciente das massas**. O debate sobre as vias de **acumulo de forças deve estar subordinado à estratégia socialista**. Trata-se do fortalecimento social, político e ideológico do proletariado. Isto passa pela incorporação do objetivo histórico de realizar o socialismo como uma meta permanente por parte dos movimento proletário organizado; passa pela construção de um **bloco de forças sociais revolucionárias sob hegemonia do proletariado** com uma consciência anti-monopolista, anti-imperialista e anti-latifundiária de massas, passa pela **construção de um partido proletário revolucionário efetivamente vinculado com as massas**; passa pela construção de uma consciência internacionalista entre o proletariado, passa por subordinar a política eleitoral e parlamentar à **ampliação dos espaços e formas de auto-organização e auto-atividade extra-parlamentar das massas, porque é a construção de um poderoso movimento de massas, através da luta organizada e consciente, que cria as condições para a conquista do poder e para transitar para o socialismo**.

Naturalmente este processo de **acumulo de forças**, envolve o tema mais debatido e controvertido nas organizações de esquerda, que é a **política de alianças** e por isto foi tratada no México com todo o rigor e seriedade que ela merece. Esta questão diz respeito também a questão da articulação entre as **reivindicações que correspondem às necessidades mais sentidas do povo** e a construção da **hegemonia do proletariado no interior do bloco histórico das forças sociais revolucionárias**.

Prospera o consenso sobre a necessidade da esquerda buscar alianças para enfrentar a ofensiva da grande burguesia e dos Estados imperialistas, transformar a correlação de forças existentes e articular respostas globais coerentes, abrindo espaço para a viabilização de uma solução socialista da crise histórica atual. O problema é não só **com que objetivos**, mas também **como e com quem nos aliamos?** Naturalmente, no plano tático cotidiano, impõe-se a articulação de amplas alianças com todos aqueles que realmente queiram avançar, mesmo que “poucos passos”, na luta em torno da ampliação da democracia para as massas e dos direitos sociais dos de baixo, da reforma agrária com o fim do monopólio da terra, da defesa da planta produtiva nacional e do patrimônio público contra a especulação e o imperialismo, da construção de um programa concreto de erradicação da miséria e da fome e acelerar a preparação do



potencial humano necessário para enfrentar as transformações estruturais necessárias, da solidariedade aos povos em luta, etc. Sob este ângulo há uma ampla gama de problemáticas que são de interesse comum não só do proletariado, mas de todas as forças sociais que sofrem a opressão do imperialismo, do grande capital e do latifúndio e que se expressam não apenas em forças políticas coerentemente socialistas, mas também em forças de distintos matizes políticos populares, patrióticos e democrático-radicais, movimentos sociais organizados em torno de reivindicações anti-racistas, ecológicas, de gênero, étnicas, religiosas, etc. Mas, ao contrário das costumeiras “transações” dos partidos tradicionais, uma aliança de esquerda não se reduz a negociações entre lideranças e dirigentes nacionais. De nada adianta acordos com forças que nos debilitem ou contribuam para minar a unidade interna de nossos movimentos e organizações. Qualquer aliança que pretenda uma perspectiva de esquerda deve se estruturar **desde, por e para os de baixo**.

Obviamente as alianças supõem negociações em que as partes cedem algo para garantir o essencial para avançar, mas seria um oportunismo suicida fazer concessões na teoria, nos princípios e na defesa dos objetivos sociais populares. Fazer alianças que se baseiem na lógica da diluição da identidade para “ser aceitos” e em táticas desligadas de uma estratégia revolucionária socialista, nos conduziria à conciliação de classes e a operar num terreno regressivo, sob as condições dadas pela burguesia. Esta tática oportunista seria incapaz de conquistar avanços reais; seria ineficiente até para manter os direitos conquistados e conter a “contra-revolução fria” em curso; seria fatal para a existência mesma da esquerda.

A “esquerda pragmática e propositiva”, sob o pressuposto de que permanecem possíveis reformas cumulativas baseadas no desenvolvimento do capitalismo, limitam-se a “ajudar a administrar a crise”, renunciando à alternativa revolucionária anti-capitalista. Buscam tornar-se “negociadores sérios” e limitar “os efeitos negativos da inevitável globalização”. Historicamente o grande obstáculo ao reformismo na América Latina é a inflexibilidade da burguesia. Na atual situação, o “pragmatismo” da “política em migalhas” fica aquém do reformismo por temer a revolução e é absolutamente ineficaz para combater a política globalizante e ideológica da grande burguesia. Aceitam de modo defensivo as “regras do jogo” (ao invés de lutar para implantar novas regras) justamente quando as forças dominantes do capital estão virando a mesa e deslançando uma agressiva ofensiva, que “desregulamenta o jogo” e volta-se para a eliminação de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores, em benefício da concentração e centralização do capital.

A estratégia revolucionária alternativa deve basear-se na realidade concreta do capitalismo monopolista da nossa época e da formação social e lutas de classes de cada país, articulando táticas coerentes com a viabilização de uma ofensiva socialista, que permitam **avançar** na formação do bloco de forças capaz de **se constituir em poder revolucionário proletário, popular e democrático**. São vários os tópicos que devem e podem ser postos imediatamente na perspectiva de uma **cooperação internacionalista** da esquerda latino-americana. Três eixos de luta concretos foram destacados por sua lógica ofensiva radical, capazes de confrontar-se com as políticas globais da direita e com os próprios fundamentos atuais da acumulação de capital: a **anulação da dívida externa**, a **redução da jornada de trabalho** sem perdas de salários, um programa de **erradicação da miséria da fome e do desemprego**.



A dívida externa tornou-se um dos principais instrumentos econômicos e políticos da dominação imperialista contemporânea. O montante dos empréstimos originais ao conjunto dos países da América Latina e Caribe até meados da década de 70 foi de US\$ 66 bilhões. Nas duas últimas décadas já pagamos mais de um trilhão de dólares de serviço e estamos devendo cerca de 900 bilhões. Desde 1991 a transferência de recursos atinge a cifra média de 89 bilhões anuais, comprometendo mais de 30% das exportações regionais. A continuidade dos pagamentos só poderá seguir com novos empréstimos e a alienação do que resta dos patrimônios nacionais que não foram privatizados. A proposta lançada por Fidel Castro ao mundo subdesenvolvido em 1985 de **“não pagamento da dívida externa”** é central para uma estratégia de enfrentamento do imperialismo atual. É importante o argumento de Fidel de que o cancelamento da dívida é possível - sem provocar a quebra do sistema financeiro internacional e viabilizando um incremento no crescimento econômico e nos níveis de emprego - através do **deslocamento dos gastos militares para a produção civil**, centrada em bens de consumo popular. No entanto - apesar do arsenal nuclear norte-americano ser suficiente para destruir 30 vezes o planeta (quando uma destruição global já seria definitiva) e do fim da “guerra fria” - os países desenvolvidos seguem gastando mais de um trilhão de dólares por ano no complexo militar-industrial (o suficiente para anular a dívida externa da América Latina em um ano e em dois a de todo o mundo subdesenvolvido, que alcança 2 trilhões de dólares). A proposta de Fidel é educativa, pois mostra que o bloqueio para a solução do problema da dívida e da negação completa das necessidades elementares dos 2,8 bilhões de famintos (que sofrem as consequências dos trilhões desperdiçados) é o poder atual do grande capital para impor a continuidade de suas tendências mais irracionais e destrutivas. Não é verdade que “com a globalização não há como evitar os acordos com organismos internacionais como o FMI”. Os Estados formados a partir das revoluções proletárias e populares em Cuba e na Ásia tem conservado suas atribuições e funções soberanas e adotado uma atitude bastante inflexível diante do FMI, recusando-se a adotar as políticas impostas pelos tecnocratas a serviço do capital financeiro e priorizando seu desenvolvimento independente e a elevação da qualidade de vida de seus povos. Nem por isso afundaram, como mostra a prosperidade da China (que se encaminha para transpor o fosso do subdesenvolvimento) e a recuperação cubana, coreana e vietnamita. Mesmo a Malásia tem se saído muito melhor do que aqueles que capitularam às exigências do imperialismo. Se o conjunto dos países do chamado “Terceiro Mundo” (na verdade parte de um mundo único desigualmente desenvolvido e profundamente interconectado) se articularem para **negar-se coletivamente a pagar a dívida**, provocarão uma transformação substancial na correlação de forças em escala mundial.

A situação atual confirma os terríveis prognósticos de Karl Marx: “quanto maior a riqueza social, o capital em funcionamento, a extensão e energia de seu crescimento, conseqüentemente a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior é o exército industrial de reserva (...) em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior é a massa da superpopulação consolidada [em situação de miséria] *Essa é a lei absoluta e geral da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por múltiplas circunstâncias” (O Capital, I/II, Cap. XXIII, 4). Com a brutal queda da taxa de lucro que marca a crise estrutural do capital, os setores dominantes do capitalismo monopolista da nossa era necessitam desvalorizar a



força de trabalho, como forma de compensação, mesmo que ela signifique porcentagens cada vez mais baixas dos custos de produção. Aproveitam-se da elevação da produtividade social do trabalho para provocar a expansão do exército industrial de reserva (inclusive nos centros metropolitanos) como um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital. A mais importante resposta concreta ao desemprego estrutural e à deterioração das condições do mercado de trabalho é a **redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários reais nem de direitos**; resposta que se choca de modo profundo com a atual estratégia do capital monopolista. Na França já foi conquistada a limitação legal do trabalho semanal à um máximo de 35 horas e o movimento proletário está impondo a mesma redução na Itália e Alemanha, combinando a luta contra o desemprego com um projeto de autocontrole coletivo do tempo, voltado para **combinar a luta contra a exploração ao combate à alienação**. Esta luta é simultaneamente econômica e política, sua vitória é impensável dentro dos estreitos limites do sindicalismo corporativo tradicional. Para impulsionar esta luta é necessário **pensar o movimento proletário como movimento de uma classe integral**, buscar uma maior integração entre seu “braço político” (os partidos identificados com o socialismo) e seu “braço industrial” (os sindicatos): é necessário **intensificar a presença dos partidos de esquerda nas grandes empresas** (superando a relação meramente eleitoral com suas bases) e **superar a atual estreiteza corporativa dos sindicatos transformando-os em movimentos diretamente políticos**. (Obviamente os partidos devem respeitar a autonomia dos sindicatos e organizações populares de massa; e os sindicatos devem buscar organizar o conjunto dos trabalhadores, com independência frente ao Estado, aos partidos e aos credos religiosos). Deve-se destacar também o **caráter internacionalista** da luta pela redução da jornada sem perdas salariais. Devemos aproveitar a vulnerabilidade objetiva da organização industrial contemporânea à interrupção da produção (pois passou da divisão parcial e local do trabalho para uma vasta divisão internacional do trabalho, num sistema estreitamente ajustado de partes interdependentes) e a impossibilidade do imperialismo de produzir um sistema unificado de controle em escala mundial, para avançar na luta pelo **controle dos trabalhadores**. Assim, a luta pela redução da jornada de trabalho é pensada como momento interno do programa revolucionário. Não só nega a “flexibilização laboral” que expressa a rigidez do despotismo do patronato na sua pretensão de impor as regras de contratação empregatícia em oposição aos direitos trabalhistas, como ultrapassa as diferentes “adaptações da jornada de trabalho” que a “engenharia social” burguesa está disposta a aceitar. Trata-se de uma bandeira que, além de possibilitar vitórias parciais na luta contra o desemprego e suas conseqüências em termos de enfraquecimento do proletariado, liga-se à crítica da manipulação capitalista da “indústria do lazer” e à criação de condições políticas e culturais adequadas para reverter o estado de apática ignorância imposto à maioria dos trabalhadores. Liga-se, portanto, ao esforço para criar uma consciência socialista de massas acerca da indissociável conexão entre a “gestão do tempo livre em benefício do proletariado” e a luta pelo poder político e controle da riqueza social e dos meios de produção.

Na América Latina de hoje, se pudessem escolher, as amplas massas provavelmente considerariam a **eliminação da fome, da miséria e do desemprego como a prioridade máxima**. O camarada Luiz Carlos Prestes teve a iniciativa pioneira de propor em 1982 reunir as reivindicações mais urgentes das massas populares num



“Programa de Soluções de Emergência”, tendo em vista “colocar as necessidades vitais da maioria esmagadora no centro da luta política”. Sua proposta articulava um conjunto de “medidas de emergência” com o esboço de uma proposta de desenvolvimento sócio-econômico alternativo, com o objetivo de unir e mobilizar os mais amplos setores populares na formação de uma vontade comum de transformação social. Buscava articular estratégia e tática num programa capaz de contribuir para incorporar a massa popular pauperizada (que mais sofre com as políticas da direita) como força organizada na luta de classes e elevar o nível de consciência do proletariado na luta para “barrar a ofensiva do grande capital [e de seus representantes governamentais] contra o nível de vida do povo”. Trata-se de avançar para impor aos de cima (queiram eles ou não) os direitos dos de baixo, criando uma nova dinâmica social através de conquistas parciais que acumulem na construção de um bloco histórico de forças sociais revolucionárias contrárias à dominação da grande burguesia nativa e estrangeira, do imperialismo e do latifúndio. Neste processo, busca-se fortalecer a hegemonia do proletariado no interior deste bloco, na afirmação de seu peso social, voz política e projeto estratégico orientado para liquidar o poder autocrático dos monopólios e construir formas cada vez mais aperfeiçoadas de democracia proletária e popular, que abram caminho para as transformações socialistas. Nas duas últimas décadas tornou-se visível o potencial explosivo da luta dos trabalhadores e das massas populares cujas vidas foram transtornadas pela ofensiva neo-conservadora: há um crescimento, ainda tímido e embrionário, mas real de resistências sociais à política dos monopólios, onde à insurgência dos povos originários e dos novos movimentos camponeses (não apenas dos Mayas do EZLN de Chiapas e do MST no Brasil, mas também os movimentos revolucionários índios/camponeses de Oaxaca e do ERP em Guerrero no México, da Colômbia, Bolívia, Equador, Peru, Paraguai e um pouco em quase todos os países do continente) soma-se a mobilização dos que foram despedidos de seus empregos, despejados das casas que alugavam ou impedidos de trabalhar no setor informal (camelôs, perueiros), através de várias formas de ações diretas: dizendo um basta insurgente à violação dos direitos dos povos indígenas; “ocupando terras, resistindo e produzindo”, participando de marchas de protesto e interrompendo rodovias, ocupando edifícios vagos para utilizá-los como moradia. Desafiam de várias formas a ordem do grande capital e os governos conservadores, **não se detendo diante da legalidade burguesa na conquista e legitimação de direitos legítimos.**

Infelizmente, até o momento, os setores majoritários do sindicalismo não tem buscado uma maior articulação e solidariedade ativa com estes movimentos (com exceção do Chile, Equador e Colômbia, onde os setores revolucionários voltaram a ser dominantes nos sindicatos, além do importante crescimento do “sindicalismo clase-orientado” no México). O movimento do funcionalismo público, que é hoje o mais mobilizado do sindicalismo, poucas vezes supera o plano corporativo da reivindicação salarial e questiona a péssima qualidade dos serviços públicos para o conjunto da população nos nossos países. Já o **MST** avança numa disputa de hegemonia contra a burguesia: vem promovendo no Brasil desde 1997 um amplo processo de “consulta popular”, buscando envolver o movimento vivo dos trabalhadores e oprimidos em geral na discussão da formulação de uma **estratégia alternativa de desenvolvimento para o Brasil, que coloque como prioridade máxima eliminar a falta de empregos, a fome e a pobreza massivas, garantir o livre acesso de todos a serviços de saúde e**



**educação de qualidade, a construção de casas para os sem teto e a satisfação de outras necessidades básicas mais reclamadas pelas massas.** Trata-se de uma iniciativa muito importante, que chega (por outros caminhos e com menor clareza estratégica) a uma proposta semelhante a de Prestes. No debate brasileiro há muita confusão: desde ilusões nacional-desenvolvimentistas até o privatismo despolitizante das ONGs, sem falar na evolução à direita da cúpula dirigente do PT, com sua tendência a moderar os programas e iniciativas. Não basta ser contra a dolarização (quando os próprios conservadores já estão mudando a insustentável política cambial) ou “suspender as privatizações” (quando quase todo o patrimônio público já foi privatizado). Estas e outras medidas (como a “esquecida” **reforma agrária**) devem estar inseridas numa **alternativa totalizante orientada no sentido de eliminar a dominação (sobre a cidade e o campo) do capital monopolista: um projeto de desenvolvimento social voltado para solucionar o problema da miséria das massas passa no mínimo pela reestatização das grandes empresas privatizadas e pelo controle público de outras indústrias estratégicas e dos bancos, para estruturar um poder econômico público, através de um centro de planejamento das empresas estatais, capaz de apoiar um plano nacional que rompa com a lógica da concentração de capital para cima e para fora e imponha as prioridades populares.** Por isto mesmo, a “consulta popular” desafia as organizações e intelectuais revolucionários a contribuírem com a fundamentação teórica de uma estratégia e linha de ação adequada, de diagnósticos precisos da formação social brasileira e da conjuntura atual no mundo e no Brasil e mesmo de aspectos técnicos (planejamento, etc.), de modo a balizar a formulação deste programa. Iniciativas semelhantes ocorrem em outros países e tendem a se expandir nos próximos anos, desafiando a ordem no que ela tem de mais indefensável.

*Na análise das “alternativas ao neoliberalismo”,* houve uma atenção especial para o exame das perspectivas abertas na Venezuela com a formação do governo de Hugo Chávez, do avanço da luta guerrilheira na Colômbia, da insurreição popular que abalou o Equador, da então iminente vitória eleitoral da FMLN nas eleições locais em El Salvador e dos êxitos e dilemas dos processos de transição para o socialismo em Cuba e no Vietnã. Aqui nos limitamos, de forma telegráfica, a um informe muito geral, pois trataremos destes assuntos em artigos especiais nos próximos números da Voz Operária.

**Emerge uma nova onda revolucionária na América Latina com seu epicentro atual no norte da América do Sul. As Forças Armadas Colombianas (FARC),** conduzida pelo seu líder legendário Manuel Marulanda e historicamente ligada ao comunismo pró-soviético, é hoje o maior movimento guerrilheiro das Américas, contando com cerca de 20 mil combatentes armados e várias centenas de milhares de ativistas civis. As FARC controlam sozinhas mais de 40% do território colombiano, está presente em 500 dos 1000 municípios do país e organizou seu próprio sistema judicial em 130 cidades. Se somarmos os territórios controlados pelo Exército de Libertação Nacional (ELN, com 4 mil guerrilheiros) e pelos dois outros grupos (bem menores), as guerrilhas de esquerda controlam mais da metade do território do país. As FARC construíram pacientemente sua base política e seu formidável aparato militar, com um planejamento estratégico preciso, ao longo de 40 anos de atividade. Tem uma ideologia proletária marxista e expressam politicamente a força da insurreição camponesa. Protegem os camponeses contra as violências das FFAA e dos para-militares ligados aos



donos de terra ou à máfia. Realizam uma reforma agrária parcial, apoiam o cultivo de alimentos e organizam serviços sociais. Com ofensiva do império pela erradicação das plantações de coca, passaram a proteger os camponeses cultivadores. Denunciam a hipocrisia do Estado Imperial - que organiza no seu interior os interesses do capital financeiro (o qual embolsa a maior parte dos lucros provenientes do comércio de drogas) - de basear sua “política anti-drogas” na repressão aos camponeses cultivadores de uma planta legal e ancestral, como pretexto para aumentar seu controle político e militar direto sobre os Estados latino-americanos. Apesar de sua base predominantemente camponesa as FARC consideram que “a maior força em nossa revolução é o proletariado industrial”. Baseiam-se numa estratégia socialista e sabem que é impossível generalizar a produção camponesa, mesmo em seu aspecto mais dinâmico, como uma alternativa global para o sistema capitalista dominante. Hoje começam a ganhar adesões nos centros urbanos e operam a 30 Km. de Bogotá, estão profundamente interessados em buscar uma colaboração com a intelectualidade socialista engajada e tem relações fraternais com os principais grupos marxistas das grandes cidades.

O novo assenso do movimento de massas no **Ecuador** começou em 1996 com o *referendo* sobre as privatizações. Todos os partidos políticos com representação no parlamento apoiaram entusiasticamente as privatizações, que contou com todas as forças de mídia e propaganda da burguesia, criando um aparente consenso universal sobre o assunto. Só alguns pequenos grupos marginais da esquerda marxista se opuseram a esta onda propagandística. Mas **o referendo se pronunciou contra as privatizações**, para a perplexidade das classes dominantes. Ainda assim, o governo de Jamil Mahuad baixou decretos em 1999 instaurando todas as medidas do famigerado “Consenso de Washington”, inclusive a privatização generalizada e a desvalorização dos salários. Neste ínterim, o movimento se organizou nos **Parlamentos Populares, centralizados nacionalmente no Parlamento Nacional dos Povos (PNP)**, concebido como um poder político alternativo, tendo como força principal os indígenas e seus descendentes camponeses (mais de 30% da população) organizados na Confederação Nacional do Povos Indígenas (CONAIE), mas centralizando a mobilização de massas unificada de sindicatos e entidades estudantis, ganhando ainda a base das Forças Armadas. Diante dos movimentos de Mahuad para deflagrar um auto-golpe “tipo Fujimori” e esmagar a resistência popular, o PNP respondeu com o **Levante dos Povos**, marcha que a partir de 5 de janeiro reuniu centenas de milhares de índios-camponeses que, junto com sindicalistas e estudantes, iam bloqueando estradas, tomando as cidades do interior e tomaram Quito no dia 21 de janeiro, ocuparam a sede do Executivo, do Legislativo e da Suprema Corte, propondo a derrubada do regime político em seu conjunto. Mahuad foi deposto e fugiu para a embaixada americana enquanto os deputados fugiam para Guayaquil. Foi formado o **Governo Patriótico de Salvação Nacional**. O líder da média oficialidade é o coronel Lucio Gutiérrez, mas por pressão da cúpula das FFAA foi indicado para o triunvirato provisório o general Carlos Mendonza (ministro da defesa do governo deposto), junto com o presidente da CONAIE Antonio Vargas e o advogado Carlos Solorzano (proclamado chefe da Corte Suprema). No dia 23, Mendonza traiu a sublevação que dizia apoiar e articulou com os generais na embaixada americana um golpe, que levou ao poder o vice-presidente Gustavo Noboa. O coronel Gutiérrez e vários oficiais que apoiaram o *Levante* foram presos e foi



expedida ordem de prisão contra Vargas e Solorzano, atingindo ainda todos os líderes do PNP e dois deputados do “legislativo oficial”. Para evitar um massacre e preservar suas forças os dirigentes do PNP deixaram a capital, mas permanecem organizados. A crise ainda não está resolvida. Vargas lançou um manifesto exigindo a libertação dos presos políticos, onde declara que será deflagrada uma nova ofensiva “no momento oportuno” e que “se não recuarem na repressão e nos programas de ajuste financeiro e econômico pode vir uma guerra civil”.

Na **Venezuela**, o governo do “Polo Patriótico” (composto pelo Movimento Bolivariano Revolucionário Quinta República do Presidente Hugo Chávez, pelo Partido Comunista de Venezuela e mais outras 30 organizações e partidos), eleito em dezembro de 1998 com mais de 80% dos votos, se propõe a “realizar uma revolução democrática e popular pacífica”. Chávez não é marxista, é um nacionalista revolucionário com propostas que não são em si socialistas, mas que se chocam com a atual lógica regressiva da acumulação de capital. Ele já superou o gargalo que asfixiou o governo Allende: desarticulou o sistema político corrupto, fraudulento, anti-nacional e anti-popular que dominou seu país nas últimas quatro décadas, dissolveu o parlamento conservador através da Constituinte, tem o controle das Forças Armadas (com apoio amplamente majoritário na média oficialidade e nas tropas) e promoveu um processo constituinte radicalmente soberano, democrático e participativo. Os resultados da Constituinte – estabilidade no emprego, educação pública e gratuita para todos, saúde e previdência pública e universal, manutenção das estatais e democratização de sua gestão, leis que facilitam a estatização-nacionalização de empresas e setores estratégicos da economia – permitem organizar uma grande ofensiva popular sobre estas questões. No plano internacional o governo Chávez defende uma política independente, “baseada na paz, rechaço às ingerências imperialistas e integração latino-americana e caribenha”. Tem desenvolvido uma intensa ofensiva diplomática contra o “cinturão bélico” que o Estado Imperial Norte-Americano está fechando na América do Sul, especialmente contra a ameaça de intervenção “multinacional” na Colômbia. Vem explorando habilmente as contradições interimperialistas e conseguiu amplo apoio econômico para a modernização das estatais junto a França em troca do deslocamento de antigos negócios com os EUA para a zona do euro.

O IV SPNS discutiu estes processos com esperança, mas sem triunfalismo. Os problemas, impasses e perspectivas destes processos não eram encarados como questões dos colombianos, equatorianos ou venezuelanos, mas como questões da **nossa revolução**. O companheiro Carolus Wimmer do PC venezuelano, por exemplo, se por um lado entusiasmava-se na descrição do belíssimo processo de mobilização popular no seu país, destacava por outro, as desvantagens postas por certas indefinições estratégicas para a construção de um projeto nacional coerente e criticava o fato de o governo Chávez continuar pagando a dívida externa, o que coloca limites muito estreitos à promoção da elevação da qualidade de vida do povo e ao próprio cumprimento das resoluções da Constituinte. O PCV está propondo que o governo do qual participa promova um plebiscito sobre a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e realize uma auditoria visando questioná-la juridicamente como “odiosa porque forçada através de mecanismos de subordinação”. Comentando a crise do Equador, Hugo Moldiz, da Asamblea pela Soberania de los Pueblos (ASP) da Bolívia, aponta a tentativa de compor um governo de salvação nacional em aliança com os “empresários progressistas



e a alta oficialidade das forças armadas”, como o maior erro tático do PNP. Vargas, que está refugiado na zona andina central do Equador, enviou carta ao IV SPNS onde diz que “não confiará mais nos generais” e que o PNP deve criar uma estrutura militar própria e superar os atuais limites do programa alternativo. Os camaradas da FMLN de El Salvador, reconheceram os graves erros cometidos na campanha presidencial de 1997, quando os setores “renovadores” (social-democratas) ganharam a direção do partido e lançaram a candidatura de Facundo Guarrido, imaginando que com um programa moderado e uma campanha despolitizada (baseada na honestidade do candidato, onde até as tradicionais bandeiras vermelhas foram proscritas) polarizariam os eleitores de “classe média” (camada social irrisória nesse país) evitando sua migração para a direita reciclada. O resultado foi uma derrota retumbante: além da desastrosa queda no percentual de votos, a FMLN só se descaracterizou, o que levou à apatia dos seus militantes e ao limiar da desagregação orgânica. Hoje os “radicais” (comunistas), liderados pelos comandantes Schafic Handal e Salvador Sánchez Cerén, retomaram a hegemonia, priorizando a mobilização de massas unificada e o acúmulo de forças na luta ideológica. A luta pela hegemonia partidária permanece feroz, mas um acordo interno permitiu um estilo de campanha totalmente diferente na eleição deste ano. A nova política, com uma programática radicalmente popular, funcionou. A esquerda recuperou sua capacidade de convocatória de massas e a FMLN saiu das eleições fortalecida: fez a maior bancada na Assembléia Legislativa (31 cadeiras contra 29 da direitista ARENA e 24 dos partidos menores), ampliou seu controle da chefia de executivos municipais, vencendo nas principais cidades inclusive na capital San Salvador, onde foi reconduzido o atual *alcaide*, Hector Silva. O avanço da FMLN, apesar de não ter obtido maioria absoluta, significou um duro golpe no governo arenista de Francisco Flores.

As delegações de Cuba e Vietnã apresentaram informes sobre os sucessos e dificuldades das suas respectivas experiências de construção do socialismo. Não há como comentar aqui os vários aspectos destes informes que suscitaram um amplo e rico debate. O importante nesta parte do evento foi um reconhecimento, mais amplo do que de costume, da necessidade de se avançar na formulação de uma **teoria totalizante da transição do capitalismo para o socialismo e do socialismo como transição (como fase inicial do comunismo)**. É necessário desenvolver criadoramente as contribuições dos clássicos do marxismo a partir da reflexão crítica e autocrítica sobre as primeiras experiências de transição e sobretudo a partir da análise da situação objetiva posta pelo aprofundamento da **crise estrutural do capital (e não só do capitalismo) como fenômeno global**. A maioria do presentes reconhecia que **no caso dos países da periferia dependente e subdesenvolvida** do “sistema capitalista mundial”, já está na ordem do dia a luta por uma **revolução social que realize transformações anti-imperialistas e anti-capitalistas**. Mas, nem todos assimilaram todas as conseqüências da lição leniniana de que a **transição do capitalismo dependente e tardio ao socialismo**, é uma **revolução proletária não-clássica**, onde será necessário aproveitar o potencial político dos “elos mais fracos” para criar, numa sociedade pós-capitalista mas ainda não socialista, as bases econômicas, técnicas, científicas e culturais do socialismo, que não puderam ser criadas pelas transformações capitalistas autocráticas e dependentes. Aí o planejamento deverá conviver *por algum tempo* com um mercado (*de bens, mas não de trabalho*) devidamente reordenado e regulado, que deve reduzir-se progressivamente; de início, a transição deve eliminar os monopólios capitalistas mas



combinar diversas formas de propriedade (inclusive privadas), mantendo a coesão do bloco revolucionário num processo de ininterrupta reestruturação radical das relações sociais como um todo, no sentido de avançar para a **propriedade social dos meios de produção**. Hoje, tanto no Vietnã como em Cuba, se está admitindo não só formas de propriedade capitalistas, mas até mesmo a presença dos monopólios multinacionais. Os representantes do PC Cubano e do PC do Vietnã, esclareceram que se trata de uma resposta tática à uma situação desfavorável, válida apenas para o “período especial” de reorganização de suas economias depois do colapso do “campo socialista” na Europa. Concordam que não é possível aceitar que formas de propriedade privada baseadas na exploração dos trabalhadores não-proprietários possam ser mantidas indefinidamente e que isto implicaria uma renúncia à luta pela abolição da exploração do trabalho. Enfatizam, também, que estas empresas estão subordinadas ao planejamento nacional e tem atividade apenas complementar (em geral concentradas no turismo e na mineração); e que se estabeleceu *contratos por tempo determinado* com estes monopólios estrangeiros, ao fim dos quais a tecnologia já estará assimilada e o conjunto do empreendimento se reconverte em patrimônio do “Estado socialista”. Os camaradas cubanos e vietnamitas reconhecem que a propriedade estatal e a regulação do conjunto da economia, ainda não é a **propriedade social (que implica a superação do capital)**; mas o Estado joga um papel decisivo para a sobrevivência da revolução, na resistência às pressões do imperialismo no sentido da restauração do capitalismo (com a conseqüente pilhagem da economia nacional, revogação dos direitos sociais, desperdício do trabalho qualificado e científico, deterioração da vida pública e degradação coletiva das massas, como hoje se vê no leste europeu), assim como na retomada do desenvolvimento das pré-condições sócio-materiais do socialismo propriamente dito. Obviamente os Estados proletários não podem impor um comércio internacional socialista e solidário num mundo dominado pelas forças imperialistas; e com o fim do COMECON tem o dever de se adaptar à nova conjuntura internacional, para garantir a sobrevivência da revolução. Por outro lado, como Menéndez Díaz (diretor da Revista Cuba Socialista) ressaltou, a revolução não se limita à necessária crítica ideológica do mercado (dessacralizando o mercado, como parte de um sistema econômico que não tem nada de natural ou inevitável, como uma relação *histórica alienada*, que pela sua dinâmica escapa a um controle democrático por parte dos indivíduos coletivamente organizados, seja como produtores, seja como consumidores), pois o “Estado socialista” estabelece e coloca em vigor normas que regulam a extensão e a profundidade do mercado. As atividades de mercado são hoje úteis em setores específicos - como produções especializadas, certos serviços e distribuição - mas as condições gerais de produção, reprodução e realização são guiadas pelos interesses sociais do regime.

Foi muito agradável, numa época de tantas renegações, ver camaradas de partidos comunistas que estão no poder **ligarem seu esforço para superar simplificações idealizantes e para levar em conta com rigor crescente as dificuldades concretas atuais da construção do socialismo à reafirmação do objetivo de lutar para alcançar a fase “superior” comunista da nova sociedade**; refutando os argumentos daqueles que, mesmo se dizendo socialistas e até marxistas, dizem que a “idéia da ditadura do proletariado e da superação do Estado, do capital, do mercado e das classes” é um objetivo utópico, que levaria ao “totalitarismo”. Por outro lado, houve questionamentos sobre a correção da ampla privatização da produção agrária em Cuba e



manifestações de preocupação pelo fato de que a restauração parcial da propriedade privada capitalista leva não apenas à agudização das desigualdades sociais (em um país onde o povo se havia acostumado com altos níveis de igualdade), mas também a uma restauração do mercado de trabalho, o que mina a base econômico-social da garantia constitucional do direito ao trabalho. (Sobre estes aspectos a resposta dos cubanos não me pareceu satisfatória, mas comentaremos tais assuntos em artigo especial sobre Cuba para a VODC). Mais importante: nas condições da atual necessidade de uma ofensiva socialista, tal reafirmação dos objetivos comunistas não pode assumir a forma de uma abstrata “profissão de fé” auto-tranquilizadora. Só através da adoção de uma alternativa teoricamente coerente (capaz de descobrir as principais leis de movimento e contradições do “socialismo de transição” e de revelar a complexa hierarquia da estrutura que deve ser revolucionariamente superada) como também de uma estratégia global viável prática/organizacionalmente de superação do capital, os passos parciais e limitados podem tornar-se cumulativos. A questão realmente nova é a, ainda minoritária, mas crescente consciência dos dirigentes revolucionários com maior preparo teórico sobre a **importância da distinção marxiana entre capital e capitalismo**, sobre o **esgotamento de certas possibilidades anteriores de progresso social devido à crise estrutural do capital** e sobre a **necessidade urgente de responder aos desafios teóricos, estratégicos, institucionais e organizacionais para viabilizar uma ofensiva capaz de levar o “socialismo de transição” à transitar para a transição socialista**. O capital necessariamente sobrevive ao capitalismo e permanecerá como um parte interna do metabolismo social por um considerável período de tempo. Este é um problema geral da transição socialista e não apenas uma consequência particular do ponto de partida atrasado (não-clássico) de revoluções proletárias em países dependentes (o que é apenas um complicador a mais). O desafio não se resolve com uma mero “aperfeiçoamento do sistema político e eleitoral”: exige a passagem do planejamento tecnocraticamente centralizado para o planejamento democraticamente centralizado em combinação com uma maior autonomia e descentralização de poderes (eliminando a maior parte dos burocráticos custos administrativos não produtivos, maior unificação das funções de trabalho e tomada de decisão, maiores poderes para os microestabelecimentos democráticos, como as juntas de autogestão no sistema produtivo e nos grupos de consumidores nos bairros). Dentro do princípio metodológico marxiano da reciprocidade entre continuidade e descontinuidade, é necessário, ao mesmo tempo, salvaguardar a continuidade necessária da produção e reprodução social e reestruturar permanentemente o modo de produção e as instituições revolucionárias, com a transferência progressiva e afinal de contas total da tomada de decisão reprodutiva e distributiva aos produtores associados. Na mesma perspectiva, revolução anti-imperialista, socialismo e comunismo se encadeiam num processo único. A estratégia comunista, resgatada por Lênin em *O Estado e a Revolução*, de “extinção do Estado” não se refere a algo misterioso e remoto, mas um processo perfeitamente tangível, que precisa ser iniciado desde a destruição do poder burguês e de instauração do “Estado proletário”. Significa a progressiva reaquisição das forças alienadas de decisão política pelos produtores na transição para o socialismo e de reconstituição da unidade da reprodução material e da esfera política como construção efetiva do modo socialista de produção e controle sócio-reprodutivo. A criação de suas mediações necessárias não pode ser deixada para um futuro distante, pois se os passos



mediadores não forem perseguidos desde o princípio, como parte orgânica da estratégia comunista, as tendências objetivas burocratizantes imporão novas dificuldades para o deslançar da transição. Uma estratégia que busque superar a fragmentação espontânea das forças sociais na direção da coesão dos produtores associados (que implica o desenvolvimento bem sucedido da consciência de massas socialista, ao assumir *responsabilidade* pelas conseqüências das práticas produtivas e distributivas auto-administradas) é indispensável para que se comece a suprimir o capital, transformando progressivamente os membros da comunidade revolucionária em sujeitos diretos do poder.

### PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO

Quando se discutiu o problema das alternativas falou-se muito em “desorientação ideológica”, em “crise de direção” e em uma profunda “crise teórica, programática e orgânica”. A irresolução destes problemas estaria impedindo a esquerda de apresentar uma alternativa efetiva à situação vigente (ao “neoliberalismo” ou à crise do capital, segundo as diferentes análises da realidade atual). De fato, a desorientação atual não é só ideológica. Ela envolve **todas as instituições de luta proletária**, que foram constituídas sob as circunstâncias históricas do período auto-expansivo do capital, antes do início da crise estrutural na década de 70; por este motivo, perseguem, sob o peso da inércia, estratégias e modos de ação defensivos e mantém estruturas organizacionais que correspondem a velha (e agora superada) fase histórica. A necessidade *histórica* de uma ofensiva socialista, posta pela situação objetiva criada nas últimas três décadas, contrasta com uma disposição, maior do que nunca, de muitos socialistas e mesmo marxistas de se envolverem em todos os tipos de revisões e de compromissos conciliatórios e defensivos, ao invés de buscarem mobilizar e organizar politicamente as forças socialistas num esforço consciente para se apresentarem como portadores da ordem social alternativa, capaz de substituir a ordem do capital em crise.

Um dos representantes da FSLN, reagiu de um modo típico ao problema das relações entre teoria e falta de alternativas. Para ele o problema é a falta de uma economia política eficiente para orientar “uma política socialista depurada dos elementos utópicos presentes no marxismo” – argumenta que “Keynes foi o Marx burguês; ele era um homem prático que foi capaz – manipulando variáveis como o câmbio, a moeda, a taxa de juro, os investimentos públicos - de oferecer mecanismos imediatamente instrumentais de intervenção do Estado na regulação do conjunto do processo econômico, para o benefício das empresas capitalistas privadas. Precisamos de um keynesianismo do proletariado; tenho a impressão de que algumas pessoas estão querendo reescrever O Capital para responder esta crise, quando o que faz falta é algo muito mais simples”. No plano “organizativo”, insistiu na importância da esquerda “sair do gueto das reuniões ideologizadas”, centrar a atenção numa melhor utilização da televisão (“a cultura da imagem é uma cultura de massas, enquanto a cultura da palavra escrita é uma cultura de elite”), num “marketing” eleitoral mais moderno e no aprendizado das técnicas dos “partidos eleitorais de massa”.

Outro nica atacou o “centralismo democrático leninista” como o “pai do estalinismo”, pois seria “uma concepção de partido monolítico, rigidamente hierarquizado e centralizado, com uma disciplina militar”, defendendo no seu lugar um



“sutil e flexível pragmatismo organizativo onde a liberdade de discussão política esteja acima de tudo”, pois “as forças anti-neoliberais devem concentra-se na expansão de movimentos sociais reais de forma não unificada; uma vez que a luta contra o neoliberalismo só pode se dar em muitas frentes ao mesmo tempo, onde cada grupo possa levar a prática suas posições, o que só é possível se, no nível coletivo, reconhecemos que não há prioridades estratégicas na luta”. Por outro lado, há, também, os que tem uma concepção dogmática do leninismo e querem copiar a estrutura do partido bolchevique do período em que ele precisava se defender contra os ataques mais cruéis do Estado czarista, em condições de completa clandestinidade, o que colocava restrições inevitáveis ao democratismo interno e um acento sobre características de uma estrutura de comando centralizada mais rígida. Estas condições foram superadas em vida de Lênin, o qual, já em 1908, considerou tal estrutura como fruto de “uma situação histórica determinada de um período concreto de desenvolvimento de nosso partido, que já passou” (Lênin, V.I. – “Prologo a la Recopilación ‘En 12 Años’ ”, In: Obras Completas em 55 v. [OC55], Progreso, Moscou, 1986, p.105). O elemento essencial da concepção de partido esboçada em “O Que Fazer?” é o papel de vanguarda da organização partidária dos revolucionários distinta das organizações sindicais e de massas; a necessária fundamentação científica da estratégia e uma estrutura orgânica construída em função das tarefas políticas postas por esta estratégia; a crítica do economicismo e a perspectiva materialista e dialética proletária da totalidade concreta.

Há ainda, os que se empenham em radicalizar as teorias sub-consumistas (tipo Tugan-Baranovski, já refutadas pelos marxistas no início do século, ressuscitadas pelo alemão Robert Kurz e com crescente influencia internacional) de que está em curso uma “supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital”, e por isto o capitalismo já não poderia ser criticado ou superado “a partir de um ponto de vista ontológico do trabalho”. Supondo iminente a extinção do trabalho, é óbvio que a revolução proletária não seria concebível e - no lugar da luta de classes, de partidos proletários e do marxismo (ele próprio apontado como “parte do mundo burguês da mercadoria moderna”) - Kurz e seus adeptos latino-americanos contrapõem ao “colapso” (catastrófico e “automático”) do capitalismo, não uma força material, mas um “movimento de conscientização” através da “difusão da razão sensível” (Kurz, R. – O Colapso da Modernização, P&T, R.J., 1992, pp. 226-228 e 232). O brasileiro Jacob Gorender (fundador do PCBR, hoje petista muito conhecido internacionalmente, assíduo nas reuniões do FSP e freqüentemente citado no IV SPNS), apoia-se em Kurz para dar seu aporte às tortuosamente elocubradas teorias de que “a classe operária é ontologicamente reformista”, condenada a “lutar contra sua exploração nos limites somente da existência do sistema capitalista” e por isto incapaz de liderar a luta pelo socialismo; argumenta que para Lênin “a classe operária não forma outra consciência que não seja a consciência sindicalista, essencialmente reformista”, mas que o revolucionário russo evitou reconhecer que tal reformismo é ontológico (inerente ao ser do proletariado), contornando esta conclusão através do “artifício discursivo” da “introdução da consciência revolucionária de fora para dentro por ação do partido”, o que seria uma “recaída no hegelianismo” (Gorender, J. Marxismo Sem Utopia, Ática, S.P., 1999, p. 38 e 50-51). Por fim, há alguns companheiros que, preocupados com o déficit teórico atual, propõem uma maior divisão de trabalho entre “os teóricos” e os “dirigentes políticos” e dizem que, devido a “enorme extensão das tarefas atuais”, a



esquerda deve considerar válida a experiência das elites orgânicas transnacionais, que criaram “trustes de cérebros” como fórmula organizativa (onde “grandes teóricos” empregam seu saber e sua reflexão na investigação de problemas gerais e “os políticos” retiram daí orientações e palavras de ordem para o movimento).

Seja lá o que for um “keynesianismo proletário” (assunto prosaico que nosso interlocutor deixa aos cuidados dos “ultrapassados marxistas” que ainda se ocupam da luta de classes), não me parece algo que deva se levado a sério por forças políticas interessadas em superar o capitalismo (ao contrario do keynesianismo realmente existente, corrente inspirada no mais importante economista burguês do século XX, que deve ser submetido a uma critica dialética rigorosa, que incorpore suas descobertas e evidencie seus erros e limites científicos e suas funções conservadoras e mistificadoras). Obviamente, respondi que estamos precisando de uma recuperação do modo de pensar dos clássicos do marxismo e de uma atualização de suas teorias no conhecimento crítico do capitalismo da nossa época e dos dilemas do “socialismo de transição” e não das (improváveis na situação de crise estrutural do capital) “virtudes manipulatórias” de um “Keynes do proletariado”. Não sem frisar que, ao mesmo tempo que defendemos o uso das tecnologias modernas como instrumentos fundamentais na luta de classes do proletariado, nos preocupa uma ênfase exclusiva sobre técnicas à maneira dos marqueteiros eleitorais, reduzindo a política à manipulação mercantil e reforçando o *ethos* burguês de isolamento sociopolítico de indivíduos atomizados (quando é o engajamento efetivo dos socialistas nas lutas das massas, ligando o estabelecimento de vínculos profundos de classe e de comunidade com a o desenvolvimento da autoconsciência de seus objetivos transformadores, o que constrói a solidariedade e a auto-identidade das massas no movimento socialista revolucionário). É demagógica, obscurantista e perigosa a desvalorização da cultura letrada como “cultura de elite”. Por outro lado, os novos meios de comunicação de massa possuem imensas potencialidades democratizantes e emancipadoras (pois, a estrutura tecnológica dos meios de comunicação eletrônicos favorece a superação da oposição entre produtores e consumidores). Estas **exigem uma estratégia socialista para ser desbloqueadas**: a internet é mais que um meio de distribuição é um meio de comunicação e uma força produtiva direta onde cada receptor é um transmissor em potencial (vem sendo utilizada de modo eficiente pelo EZLN e por grupos empenhados na auto-organização de forças sociais contrárias à política do FMI e da OMC, como o ATTAC e os organizadores dos recentes protestos de Seattle e Washington); os gravadores e câmaras de filmar que já se encontram em larga escala nas mãos de assalariados podem ser utilizados na documentação dos conflitos sociais e da experiência cotidiana das massas (que delas pode retirar alguns ensinamentos eficazes para produzir uma opinião pública revolucionária); os movimentos socialistas podem conquistar o direito de instalar suas próprias emissoras de rádio e televisão e buscar eliminar o isolamento dos participantes individuais no processo social de aprendizagem e **produção**. O uso emancipador dos “meios” necessita (e possibilita) uma **organização socialista**. Deve basear-se num **controle auto-organizado e socializado de grupos políticos ativos e evoluir para um controle de um movimento socialista de massas, com um método coletivo de produção**, que já seria em si um forma de auto-organização das necessidades sociais, de **mobilização das massas, de interação dos participantes** num processo de **aprendizagem política** (e não de imobilização de indivíduos isolados, numa atitude



passiva de consumidores, objetos de um processo de despolitização). O que mais me preocupou na idéia do “keynesianismo proletário”, foi a visão burocrática, que considera “normal” a manipulação imperante na aparência imediata da sociedade capitalista (onde “o capital emprega o trabalho”, personificando coisas e coisificando as pessoas) de modo que toda contradição parece irracional e toda ação contrária a esta ordem parece impossível. É neste sentido que Lênin, em seu “O Que Fazer?”, contrastou o ideal de “tribuno do povo” ao “economicismo espontaneísta” típico do “burocrata sindical”. O tribuno popular busca esclarecer os momentos singulares da luta de classes a partir de **um conhecimento dialético do real como totalidade de totalidades** (um conhecimento mais profundo dos movimentos essenciais da realidade). Procura elevar os vislumbres de consciência política que a luta econômica faz penetrar “espontaneamente” na mente dos operários até um nível programático socialista, de modo que eles possam lutar efetivamente (e não apenas na intenção) contra o sistema de opressão e exploração. Enquanto ele busca unificar as lutas de resistência num movimento político revolucionário organizado e consciente, voltado para a derrubada do poder da burguesia e a constituição de uma dinâmica social que assegure o triunfo da transição para o socialismo; os “teóricos da espontaneidade” exigem uma limitação às reivindicações e objetivos imediatos, repudiando “por princípio” tudo o que ultrapasse esta espontaneidade (portanto toda a teoria socialista que revela as contradições insolúveis do capitalismo e a necessidade de superá-lo mediante a revolução proletária) como algo espúrio e “exterior ao movimento operário”. É interessante lembrar também o trecho em que Lênin demonstra, de modo muito convincente, a surpreendente raiz comum entre “o terrorista” e o “economicista” no solo cultural do “culto da espontaneidade”. Tanto o culto do burocrata tradeunionista à espontaneidade do “movimento puramente operário”, quanto “a espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais, que não sabem ou não tem a possibilidade de fundir numa totalidade o trabalho revolucionário e o movimento operário” e recorrem ao terror como “excitante artificial”, revelam o **imediatismo** da “linha do menor esforço”. O desprezo pelo duro trabalho teórico e político de elevação do nível de organização e consciência do proletariado e das demais forças sociais interessadas em superar o capitalismo revela o caráter consangüíneo destas posições aparentemente opostas, que tem como elementos comuns toda uma mistura de empobrecimento da razão e de irracionalismo, refletindo a influência da ideologia burguesa da época do imperialismo sobre o movimento operário (Cf. Lênin, V.I. - “Que Fazer?”[1902], In: OEIII, v. 1, pp. 136 e 132-133).

Quanto ao centralismo democrático não é necessário nos alongarmos. As pessoas que negam o centralismo democrático negam a própria necessidade de unificar estrategicamente as forças socialistas num partido, ou transformam seu partido numa “geleia geral” sem unidade de ação, a partir da absurda aceitação de “qualquer política” em nome da democracia interna (a “liberdade” de qualquer tendência levar adiante sua política, qualquer que seja, a margem da discussão e resolução coletiva). Para Lênin, sem democracia interna não há educação revolucionária e sem disciplina não há ação revolucionária, daí a necessidade de se combinar a ampla liberdade de discussão com a rigorosa unidade de ação. A alternativa é o caos anárquico ou o “método do consenso” (na prática imobilista e autoritário, pois outorga o direito de veto a uma minoria, e no extremo a uma pessoa, para impedir que se leve a ação posições e decisões com apoio



majoritário). O que determina a unidade ou ruptura de partidos e correntes políticas são as diferenças ideológicas e estratégicas. Para Lênin as questões organizativas sempre estiveram subordinadas às funções e tarefas derivadas de objetivos estratégicos. A **formação de uma minoria consciente**, permanentemente organizada e plena de ardor combativo, é um pressuposto para a o desenvolvimento de um **movimento de massas socialista**. O sujeito de uma revolução socialista vitoriosa, no entanto, sempre foi concebido como **o movimento socialista organizado como um movimento de massas revolucionário**. Há limites para a possibilidade do capital subjugar permanentemente o trabalho através da violência (pois a luta antagônica entre capital e trabalho não pode ser reduzida a um confronto militar, no qual o trabalho pudesse ser trucidado no campo de batalha ou aprisionado com grilhões; os grilhões compatíveis com a dominação capitalista os proletários já estão usando, pois estes devem ser suficientemente “flexíveis” para habilitar o “trabalhador livre” a produzir e ser explorado). É por isto que o desenvolvimento de uma “consciência comunista de massas” (em contraste com a vulnerabilidade da orientação sectária estreita) é considerada tão decisiva por Marx e Lênin. A negação do centralismo democrático vem sempre ligada à uma negação da necessidade de um partido proletário revolucionário de combate, com unidade entre teoria e prática. A união de correntes com princípios e estratégias diferentes é o contrário de um partido revolucionário (é, no máximo, uma frente tática). É certo que houve e há práticas deformadas e antidemocráticas no interior do movimento socialista, que devem ser eliminadas. A minoria deve assumir as tarefas aprovadas por maioria em cada conjuntura, mas não deve renunciar à suas propostas teóricas e políticas até convencer ou ser convencida (enquanto a maioria que está convencida que suas propostas são corretas, não deve temer o debate, deve favorecer seu desenvolvimento, segura de que assim conseguirá convencer a minoria ou pelo menos ganhar a adesão consciente de setores mais amplos do coletivo). Há ainda momentos, excepcionais, em que é necessário um acordo (livremente assumido) de suspender ou limitar o debate para não entravar uma ação ou conjunto de ações concretas urgentes: assim seria estúpido exigir a “plena liberdade de discussão política”, como fundamento da unidade de ação, no meio de um tiroteio, pois isto significaria tomá-la como um dogma acima de tudo; acima inclusive da sobrevivência dos militantes e da organização dos revolucionários (com todo impacto negativo sobre o amadurecimento do movimento de massas socialista que isto pode implicar).

A principal razão da simpática acolhida com que a esquerda latino-americana recebeu as teses de Kurz é seu aparente espírito ofensivo, num momento em que a esquerda estava recuada. De fato, Kurz soma-se de modo eloqüente aos que consideram que a crise do capitalismo não é cíclica mas estrutural e que as soluções estão para além do mercado e do capital. Embora eu concorde que estamos nos aproximando de certos limites estruturais do capital, não compartilho de sua visão de que o capitalismo já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso (provavelmente ainda viverá algumas crises e recuperações cíclicas, no interior de uma tendência depressiva estrutural e contínua, não só do capitalismo mas do domínio do capital). Além disso, há sérios equívocos teóricos que enfermam as análises de Kurz. Não é possível retomar aqui o exame crítico de seus tropeços, confusões e debilidades teóricas: seu detuvismo logicista e sua ontologia dualista e anti-humanista (abstratamente materialista, ou melhor, semi-idealista e contemplativa); sua interpretação idealista do “fetichismo da



mercadoria” e da teoria do valor de Marx (apesar de reclamar sua defesa); sua total incompreensão do universo intelectual de Lênin, devido à uma grotesca combinação de incapacidade teórica, ignorância e preconceitos; sua análise abstrata do “trabalho abstrato” (omitindo sua perene ligação contraditória com o trabalho concreto produtor de valores de uso e criador de uma natureza antropológica; e suprimindo deste último sua dimensão, decisiva e ineliminável, de intencionalidade e consciência, pela qual o homem responde às necessidades escolhendo entre alternativas); o caráter a-histórico e a flagrante pobreza de determinações de sua categoria básica, a “sociedade produtora de mercadorias”; a insustentável caracterização da URSS e demais sociedades pós-revolucionárias de transição para o socialismo como “sociedades capitalistas do leste”, “capitalismo de Estado” e mais de uma dúzia de “definições” semelhantes, num festival de rótulos que substitui a análise histórica concreta (ver nossas críticas em resenha publicada no “Jornal Muito +”, nº 22, S.P., maio de 1997). Estes problemas estão na base da questão que nos interessa diretamente aqui: sua irrealista e débil visualização das perspectivas estratégicas, táticas e organizativas para enfrentar e superar os graves problemas históricos atuais, o que torna sua crítica insolúvelmente abstrata, comprometendo toda a arquitetura de sua obra. Kurz transfere o “fetichismo da mercadoria” para a esfera exclusiva da circulação ou da concorrência entre capitais - posição mais próxima dos neo-clássicos do que de Marx (para quem o fetiche começa a ser produzido na produção subordinada ao capital - esfera primária das relações entre as classes, pois o próprio capital é uma relação social - onde o trabalho se aliena de seu produto e de si mesmo) - com o objetivo de considerar as classes e a luta de classes como uma mera miragem, inventada pela “razão abstrata do iluminismo” e assumida pelo “marxismo do movimento operário”. Para ele as classes sociais não são grupos humanos determinados a partir das relações de produção que, respondendo ativa e intencionalmente às determinações causais e carecimentos objetivos, se organizam e buscam com consciência seus interesses, mas robôs da “lógica do capital”. Trata-se de um pensamento mecanicista que desconsidera a dialética entre causalidade e intencionalidade constitutiva de toda a praxis humana. Kurz pertence à tradição da Escola de Frankfurt, que desde Adorno e Horkheimer vem desenvolvendo uma crítica dialético-romântica à “razão instrumental” (à “dialética do iluminismo”), considerada como responsável pela produção dos fenômenos de regressão da nossa época. Mas se o romantismo frankfurtiano pertence com todos os títulos à tradição racional dialética, Kurz radicaliza os elementos irracionistas e elitistas desta tradição, com seu desprezo aristocrático pela materialidade do trabalho como atividade produtiva. Kurz nega a luta de classes - deprecia o movimento proletário e desqualifica a luta dos povos oprimidos pelo imperialismo (com um “eurocentrismo” abjeto, ao qual não faltam elementos racistas) prognosticando-lhes um fatal apodrecimento passivo - propondo como alternativa salvadora a substituição da “racionalidade funcional iluminista” - vinculada à “metafísica do trabalho” - pela “razão sensível”: “o que é exigido é uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e ligada à forma mercadoria (...) tratar-se-ia de uma revolução de fato, mas não daquele tipo no qual uma ‘classe’ dentro da forma mercadoria (e constituída por essa) teria que derrotar outra classe, como sujeito antípoda (...) mas mediante uma *conscientização*” (Kurz, R., *op. cit.*, pp. 232-233; v. tb. p. 239 e Id. Os Últimos Combates, Vozes, Petrópolis, 1997, pp. 22-28 e 271-277). Sem dúvida a revolução socialista é impossível sem que as grandes massas



adquiram uma **consciência revolucionária**. O desenvolvimento crítico e criador da razão dialética-materialista tem um papel importante no processo de formação de um **movimento de massas revolucionário**, não só na crítica da razão metafísica (positivista ou irracionalista) e de outras formas sofisticadas de ideologia burguesa e na formação de uma vanguarda revolucionária lúcida e capacitada, mas na fundamentação teórica de estratégias viáveis para a superação do domínio do capital. Porém, é desorientador apostar em massas informes de indefinidos marginais do sistema dominante (ou em dissidentes da intelectualidade pequeno-burguesa convertidos à “razão sensível”, seja lá o que for isto). É impossível que os excluídos da produção, os marginalizados, sejam a força a dirigir a revolução socialista. Os intelectuais podem desempenhar funções importantes na definição de estratégias como parte orgânica do movimento proletário (além disso, uma grande parte dos trabalhadores intelectuais são proletários produtivos e o movimento de massa de certas categorias de proletários improdutivos, como os professores, tem crescente importância política). No entanto, a única força capaz de dirigir a revolução que vai introduzir o socialismo e fazê-lo funcionar são **os produtores da sociedade**, que pode fazer valer sua força estratégica, que tem as potencialidades e as energias para resolver todas as contradições postas pelo domínio do capital e para encontrar sua satisfação no processo de levar a revolução até o fim. Ou a consciência socialista revolucionária se torna uma força material ao apossar-se da cabeça e dos corações do proletariado (ao apontar um caminho viável para resolver os atuais problemas históricos pela raiz) - classe capaz de liderar a formação de um bloco de forças sociais empenhado na ação revolucionária organizada (incluindo as grandes massas populares marginalizadas, os camponeses e todos os grupos sociais com contradições com o grande capital) - ou a revolução anti-capitalista permanecerá inviável e afundaremos todos na barbárie generalizada. A “razão instrumental” manipulatória que se faz ouvir em nome da apologia direta da dominação do capital *deve* desaparecer, mas a razão utópico-idealista (mesmo quando se autodenomina “razão sensível”), a razão que só acredita em sua força mágica (como “crítica crítica” meramente ideal do capitalismo) *irá* desaparecer ou tornar-se apologia indireta do capital. Pois **a luta revolucionária não é travada entre o capitalismo e “a razão”, mas entre o capitalismo e o proletariado**. A alienação antes de ser uma consciência alienada é uma alienação social real: uma produção e reprodução material da sociedade como sociedade alienada, mediante a subordinação do trabalho ao capital. Se as formas ideais de alienação até podem ser eliminadas pela crítica teórica, a alienação constitutiva das atuais relações sociais materiais (que está na base do ininterrupto ressurgimento de formas de consciência alienadas) **só pode ser eliminada por uma força prático-crítica, isto é, por uma força material revolucionária**.

Já Gorender – teórico que nunca fez autocrítica do evidente erro tático de propor a deflagração da luta armada nas condições do Brasil da década de 60 e que nunca parou de “incinerar”, com sectária intolerância, todos os que discordaram desta sua posição - hoje declara que “na minha idade, não quero mais ser enganado nem enganar ninguém, continuo marxista, mas perdi a ilusão na classe operária”, e se diz empenhado em “retirar do ‘corpus’ do marxismo aquelas teses que são manifestamente utópicas”, sobretudo “abrir mão do mito” do proletariado como classe revolucionária, pois ele é “ontologicamente reformista”: “Kurz percebeu o fato essencial de que o movimento operário é parte integrante do mundo burguês da mercadoria e que constitui terrível



engano dos marxistas atribuir-lhe uma essência anti-capitalista” (Gorender, J. - *Marxismo Sem Utopia, op. cit.*, p. 38; Id. Folha de S.P., 11/11/99). Ora, se Gorender abandonou, no todo ou em parte, suas antigas convicções e as considera mistificadas e mistificantes, nunca é tarde para parar de “enganar” as pessoas. Mas a questão do suposto “reformismo ontológico do proletariado” (ou do caráter revolucionário do seu ser social, afirmado por Marx), não se resolve com declarações de fé ou reneгаções, nem com um empirismo impressionista e superficial: é algo que exige uma análise teórica do “ser do proletariado” e uma unidade entre teoria e prática, pois só se comprovará de modo pleno através da *praxis* revolucionária de todo o período histórico de luta para superar o domínio do capital. Sem querer recorrer a um argumento de autoridade, penso que é importante estabelecer alguns elementos centrais das razões que levam Marx, Engels e Lênin a considerar que a autoconsciência do proletariado como “classe em si e para si” não pode ser diferente da consciência de sua “tarefa histórica” de constituição da sociedade comunista como alternativa histórica real ao capitalismo e ao domínio do capital: uma tarefa enraizada nas contradições irreconciliáveis do seu próprio ser histórico social, que tem uma necessidade e possibilidade objetiva de superar a sua situação de classe oprimida, mas não poderá se libertar plenamente enquanto não superar o capital e extinguir às classes e o Estado (como expressão da dominação política de classe) e portanto se auto-abolir como classe, criando uma “associação livre de produtores livres e iguais”. Trata-se de elementos axiais do programa prático-teórico marxista, que Gorender conhece muito bem, mas como parece não ter nunca entendido plenamente a complexidade da inversão da dialética objetiva de Hegel pela ontologia dialética-materialista de Marx, prefere deixá-los de lado como expressão de um “hegelianismo” não superado e fonte de imaginários “desvios utópicos do marxismo”. Marx e Engels escrevem em 1844 no seu primeiro livro conjunto: “Proletariado e capital são opostos. Como tal eles formam um todo único. Ambos são gerados pelo mundo da propriedade privada. A questão é que lugar particular cada um ocupa no **interior da antítese** (...) [o capital] se dirige para sua própria dissolução, mas só através de um desenvolvimento que não depende dele, do qual é **inconsciente** e que acontece **contra a sua vontade**, apenas enquanto produz o proletariado **enquanto classe consciente** de sua miséria espiritual e física, consciente de sua desumanidade e, **portanto** como classe que trata de **extinguir-se a si mesma**. (...) Quando o proletariado se torna vitorioso, ele não se torna de forma alguma o lado **absoluto** da sociedade, pois ele é vitorioso apenas pela extinção de si mesmo e do seu oposto (...) o homem se perdeu no proletariado e, apesar disso, ao mesmo tempo, não só ganhou consciência teórica desta perda, mas através da não mais removível não mais disfarçável, necessidade absolutamente imperativa - a expressão prática da necessidade - é levado diretamente a se revoltar contra esta desumanidade; segue-se que o proletariado **pode e tem que se libertar** (...) Não é uma questão do que este ou aquele proletário ou mesmo o proletário como um todo, no momento considere sua meta. É uma questão **do que o proletariado é** e do que ele **será historicamente obrigado a fazer** de acordo com este **ser**. Sua meta e sua ação histórica são previstos irrevogável e claramente em sua própria situação de vida, como também em toda a organização da sociedade burguesa” (Marx e Engels - *WERKE*, Bd. 2, Dietz Verlag, Berlin, 1990, SS. 37-38; *A Sagrada Família*, Presença, Lisboa, s.d., pp. 54-55, grifos dos autores em negrito, meus em itálico). Trata-se da relação entre necessidade histórica e consciência de classe. A relação entre capital e proletariado é



pensada como um antagonismo estrutural no interior de “um todo único”, cujos elementos não podem ser absolutizados (uma vez que eles se mantêm ou desaparecem juntos). A distinção entre os dois pólos deste antagonismo em termos do alcance da consciência de classe é determinada objetivamente: o caráter “inconsciente” do capital, determinado pelas especificidades do modo de produção capitalista que o força, “contra sua vontade”, a produzir o seu oposto” e por outro lado a “necessidade prática” de superar a “miséria material e espiritual” que dá origem à auto-consciência da classe oprimida auto-superadora. A “auto-extinção do proletariado” e das condições da sua desumanização é pensada como uma ação consciente da classe que “pode e tem que se libertar” e seria incoerente se esta libertação se desse de forma inconsciente, impulsionada por alguma mítica “necessidade histórica” concebida como finalismo transcendente: “a **história** não faz **nada** (...) a ‘história’ não é uma pessoa à parte que usa o homem como um meio de alcançar seu objetivo: a história **não é nada a não ser a atividade dos homens que perseguem seus objetivos**” (*Ibid.*, S. 98, p. 140). Ao afirmar a necessidade histórica da ação revolucionária consciente do proletariado Marx e Engels não se referem a um “determinismo econômico” unilateral, mas ao **ser da classe**. Como o ser de qualquer classe é a síntese abrangente de todos os complexos sociais com os quais esta classe entra numa relação de ação recíproca (relações na qual se constitui e se reproduz o seu “ser”), Marx e Engels indicam a linha de superação das contradições antagônicas em termos dos determinantes complexos de uma ontologia do ser social e não de um mecanicismo econômico vulgar (pois o complexo econômico só é determinante “em última instância”, como “momento predominante” na interação recíproca entre complexos parciais no interior da totalidade social da qual é a “base”). Na abordagem dialética dos fundadores do socialismo científico, a consciência de classe é inseparável do conhecimento dos interesses e possibilidades objetivas de cada classe, baseada na posição social objetiva das classes na estrutura dialética da sociedade vigente: o amadurecimento das condições objetivas para a auto-extinção do proletariado (extinção das condições de desumanização), incluem o desenvolvimento de sua auto-consciência de classe hegemônica revolucionária auto-superadora, como consciência da necessidade da desalienação.

Lênin estudou atentamente este livro em 1895 (quando, com 25 anos, esteve em Berlim para fazer contatos visando fundar um partido proletário marxista na Rússia) e escreveu um resumo, onde copia e sublinha o trecho que citei acima (“destaca-se com claríssimo relevo o conceito (...) sobre o papel revolucionário do proletariado”) e outros trechos que dizem respeito diretamente à teoria da alienação: “passagem sumamente característica, porque mostra como Marx enfocou a idéia fundamental de todo o seu sistema” (Lênin, V.I. – “Resumen del Libro de Marx y Engels *La Sagrada Familia*”, In: OC55, v. 29, Cuadernos Filosóficos, pp. 10 e 15). Lênin ligava estas passagens às páginas finais de *A Miséria da Filosofia*, onde Marx fala da transformação do proletariado de classe em si em “classe para si”, ultrapassando seus interesses imediatos e orientando-se para obter transformações na totalidade do ser social, na direção prático-política de um movimento social universal: “a condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de toda classe (...) a classe trabalhadora substituirá, no curso do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo oficial do antagonismo da sociedade civil” (Marx – *Misère de la*



Philosophie[1847], Ed. Fresnes-Anthony, textes integraux polémique Proudhon versus Marx, tome III, Paris, 1983, p. 320, ed. bras. Global, S.P.,1985, p. 160). Em linha direta com Marx e Engels, Lênin lembra a importância do “proletariado como classe em si – para si” (como “classe não apenas integral, mas universal concreta”) absorver “os ideólogos que chegaram a compreender teoricamente o movimento histórico em seu conjunto” (Cf. a terceira fase da evolução do proletariado no *Manifesto Comunista*). Lênin não restringe a luta de classes entre burguesia e proletariado à luta corporativa-econômica e pensa a mediação do político como condição da formação de uma genuína consciência de classe totalizante: “a consciência política de classe pode ser trazida ao operário **somente do exterior**, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único campo no qual é possível atingir esta consciência é o campo das relações de **todas** as classes e de todos os estratos da população com o Estado e com o governo, o campo das relações recíprocas de **todas** as classes” (Lênin – Que Hacer?[1902], OC55, v. 6, p. 60; ed. bras. OEIII, v. 1, p.136). Por isto exige que ao lado das organizações sindicais (e distinta desta) haja uma “organização dos revolucionários”, onde “nenhuma distinção absolutamente deve existir entre proletários e intelectuais” (*Ibid.*, p. 90, ed. bras., p.158). Lênin é o grande teórico do elemento subjetivo na revolução e este elemento só pode desenvolver toda a sua potência peculiar quando, de um lado, o simples descontentamento imediato diante das condições de vida dadas se eleva no plano teórico à negação da totalidade delas e, de outro, este fundamento não permanece como mera crítica “abstrata”, mas está também em condições de transformar em praxis os conhecimentos produzidos, isto é, de elevar o conhecimento teórico à potência prática da ideologia (consciência de classe). Uma classe social hegemônica como o proletariado é uma “classe integral”, cujas funções não se restringem apenas à estrutura econômica, mas a organização e direção de toda a sociedade. Longe de restringir seu ser à economia a classe proletária é uma totalidade orgânica; ela gera, fomenta e potencia todos os “órgãos funções” que lhe são vitais como classe hegemônica revolucionária (dirigente do bloco de forças sociais revolucionário). A totalidade é a classe e o partido revolucionário é “parte do proletariado” (exatamente sua parte mais organizada, consciente e disciplinada, sua organização política de vanguarda). O importante não é a origem social do revolucionário, mas sua função (criada pela classe) como “parte ativa do movimento proletário”.

Quanto ao “truste de cérebros” ao estilo das “elites orgânicas” do grande capital, em primeiro lugar, deve-se destacar a completa mistificação embutida na apologia destas instituições. O conhecido economista Lester Thurow, talvez o melhor cérebro que integrava o “truste” de Clinton, afirmou ao romper com o atual presidente norte-americano: “quando entras num truste destes deixas vossos cérebros e vossos ideais em casa, ao menos se vossos ideais entrarem em choque com a política arbitrária e irracional dos centros de poder identificados com uma política externa militarista que zomba do ideal wilsoniano da legitimidade e com a imposição do tipo de capitalismo darwinista atual, cuja continuidade será inviável, tais os desastres que irá provocar” (Thurow, Lester – Newsweek, 17/3/93; v. tb. Id. *The Future of Capitalism*, W. Morrow, N.Y., 1996, esp. pp. 145-150). De fato, a situação sócio-histórica atual não oferece muito espaço para uma racionalidade burguesa democrática e esclarecida: daí a necessidade alienada de separar fins e meios, onde a “razão” dos “acadêmicos” em busca de meios instrumentais e técnicas mais eficientes de “estabilização da ordem” fica subordinada à



irracionalidade global posta pelos fins dos “centros de poder”. Por outro lado, a escassez de talento político intelectualmente criativo nos partidos de esquerda não é uma “causa original” do déficit teórico e estratégico atual, mas sim o efeito de certo tipo de desenvolvimento organizativo na esquerda. Após a morte de Lênin - com poucas e notáveis exceções como Gramsci, José Carlos Mariátegui e Ho Chi Minh - os intelectuais revolucionários de talento foram excluídos das direções das principais organizações revolucionária em nome de “preservar o marxismo contra o revisionismo”, o que na verdade significou a substituição de alguns princípios fundamentais do marxismo pelas teses de uma versão estreitamente taticista e rigidamente dogmática de revisionismo imediatista e a-dialético. Nas últimas décadas há sinais de uma revitalização do marxismo criador (impulsionados por vertentes vigorosas de renovação do leninismo, como as inspiradas em Gramsci, Lukács e Che Guevara), mas ao mesmo tempo, se “inventou” uma racionalização resignada para justificar (e ampliar, apresentando como necessária) a “dualidade” entre teoria e política, em nome da “ampliação de tarefas”. Esta ampliação só faz mais urgente e vital insistir na interpenetração recíproca entre teoria e prática, na política e em todas as esferas da luta revolucionária, articulando as organizações proletárias com a democratização e socialização de todas as estruturas sociais (e não através da idealização estéril e impraticável de um rearranjo da separação estanque entre “acadêmicos” e “políticos” nas cúpulas das hierarquias existentes).

**As potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do capital, mas para transformar esta potencialidade em realidade são necessários instrumentos políticos adequados, o que passa por uma transformação da estrutura prático/institucional da estratégia socialista, que deve reestruturar-se de acordo com as novas condições objetivas.** É provável que o processo de reorientação estratégica e organizativa do movimento socialista seja muito difícil, assumindo a forma de um aprendizado através de algumas tentativas frustradas e expectativas negadas, contudo também (esperamos) de uma aproximação progressivamente melhorada à estrutura organizacional adequada e às mediações táticas pelas quais o objetivo de viabilizar uma ofensiva estratégica socialista, que ligue a superação do capitalismo ao início da superação do capital, seja alcançado.

O IV SPNS aprovou uma série de pronunciamentos políticos e moções de solidariedade consensuais (v. Anexo), mas **a mais importante resolução do encontro foi a de criar uma Escola Internacional de Quadros de Esquerda.** As principais tarefas organizativas desta “Escola” ficaram a cargo do PT do México e do PC de Cuba. Haverá uma primeira reunião de trabalho com alguns intelectuais convidados para organizar o projeto (entre eles, já confirmados, os brasileiros Theotonio dos Santos, Emir Sader e J. Gorender, os americanos Harry Magdoff, Jonh Saxe-Fernandes e Noam Chomsky, os cubanos Juan Valdez Paz e Fernando Martínez Heredia, a chilena radicada em Cuba Marta Harnecker, os mexicanos Pablo Gonzáles Casanova e Adolfo Sánchez Vázquez, o egípcio Samir Amim). Nossa organização foi convidada para integrar o Grupo de Trabalho de organização da “Escola”, mas declinamos deste honroso convite, pois ele implicaria responsabilidades para as quais ainda não estamos preparados (obviamente expressamos a disposição de colaborar em tudo o que estiver ao nosso alcance). O grupo de trabalho ficou composto pelos partidos do México mais o PC de Cuba, as FARC-EP e o PC Colombiano, a Força da Revolução da República Dominicana, o PC do Chile, o PC da



Argentina, a FMLN de El Salvador, a URNG da Guatemala, a Frente Ampla do Uruguai e a FSLN da Nicarágua.

## IMPASSES E POTENCIALIDADES DO FÓRUM DE SÃO PAULO

Na terra natal de Augusto César Sandino, o “general de homens livres”, onde se desenvolveu e se desenvolve um dos mais importantes movimentos de massa revolucionário do nosso continente, realizou-se o *IX Encontro de Movimentos e Partidos Políticos do Fórum de São Paulo*. Foi a continuidade do amplo e pluralista movimento criado em julho de 1990 no *Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe*, por convocação do Partido dos Trabalhadores do Brasil. A mudança na denominação do Encontro (deliberada no II FSP, em 1991) envolve a decisão de incluir no “Fórum” não apenas partidos de esquerda, mas “movimentos e partidos políticos que se oponham ao neoliberalismo”, sendo que no amplo leque de forças participantes “algumas tem identidades nacionalistas e democráticas e populares, enquanto várias outras levam estes conceitos até identidades socialistas diversas” (Declaración de México, II FSP, México, D.F., 15/6/1991, p. 1). O IX Encontro do FSP, com a FSLN como anfitriã, contou com a participação de 66 partidos e movimentos da América Latina, além de 41 organizações da Europa, Ásia e Estados Unidos na qualidade de observadores, contando no total com a presença de representantes de 40 países. A delegação brasileira contou com a participação do PT (dirigida por Lula e por Marco Aurélio Garcia), do PC do B, do PSB, do PPS como membros plenos, da CCLCP como convidada e do MR-8 como observador. São membros do Fórum, mas não se fizeram representar, o PDT e o PCB.

As “oficinas” temáticas - “Movimentos Sociais”, “Multi-étnico”, “Juventude”, “Cristãos”, “Defesa da Universidade Pública”, “Parlamentares” e “Empresários” - realizadas nos dias 17 e 18 de fevereiro, anteriores ao “Encontro dos Movimentos e Partidos” propriamente dito, contaram com ampla participação de lideranças do movimento de massas, intelectuais e personalidades políticas nicaragüenses e um bom número de militantes de outros países que vieram especialmente para as “oficinas”; e acabaram se constituindo no palco de discussão mais rico do IX FSP. No *taller* sobre Movimentos Sociais (onde concentrei minha participação) os debates mais acalorados giraram em torno da intervenção de um representante da “esquerda sandinista” que criticou, de modo duro mas fundamentado, os desvios da FSLN e questionou as difundidas ilusões sobre os acordos de paz da América Central, destacando a natureza contra-revolucionária das chamadas “transições democráticas” sob os auspícios dos militares e do FMI na América Latina. Uma proposta que apresentei, apoiada por vários participantes e objeto de um consenso geral, foi a de promover a convergência continental de organizações e dirigentes sindicais, de maneira paralela e complementar ao Encontro e às atividades das forças políticas (aprovada na plenária final, ainda que não se tenha tomado decisões concretas para encaminhá-la). Este ponto merece empenho específico para que passe da intenção aos fatos, porque nele reside não só a possibilidade concreta de colocar num nível incomensuravelmente superior o debate político, ideológico e organizativo das forças sindicais em cada país, mas de fortalecer



(numa perspectiva anti-imperialista, alternativa à CIOLS) o embasamento proletário do FSP, assim como a rearticulação do movimento sindical classista no continente.

Já no *Ato Inaugural* (na manhã do dia 19 de fevereiro) - onde fizeram uso da palavra Tomás Borge da FSLN, Lula do PT brasileiro, Amalia Medina presidente nacional do PRD do México, Carlos Baraibar da Frente Ampla do Uruguai e José Balaguer do PC de Cuba - e sobretudo na *Plenária de Abertura* (na tarde do mesmo dia), ficaram claras duas visões muito diferentes sobre o que deve ser o Fórum de São Paulo. No seu discurso inaugural Balaguer foi direto ao centro das controvérsias: “A atividade realizada pelo FSP durante estes dez anos perfazem um resultado positivo, mas insuficiente (...) nos permitiu vencer o medo que deixou o fracasso das Internacionais com relação à possibilidade e necessidade de estabelecer um mecanismo de comunicação e de coordenação política regional ou mundial. (...) Precisamente, porque temos avançado nestes dez anos, hoje se faz necessário e possível dar solução cabal aos problemas pendentes do Foro, os quais são: a necessidade de reagir com agilidade frente aos acontecimentos, tanto positivos como adversos, que incidem nas lutas populares de nosso continente; a sistematização de informação e a comunicação entre todos os partidos membros; o estabelecimento de mecanismos de controle do cumprimento dos acordos adotados nos nossos encontros anuais e oficinas”. O PC de Cuba levou ao encontro a proposição explícita de avançar para a articulação de um **Bloco Anti-imperialista Continental** (a formulação aponta para a inclusão das forças dos EUA e Canadá que estejam dispostas a somar-se a esta tarefa). Esta posição aglutinou quase todas as organizações revolucionárias (explicitamente identificadas com o socialismo proletário marxista) presentes no IX FSP.

Na *Plenária de Abertura*, Marco Aurélio Garcia, do PT brasileiro, fez o informe oficial em nome da secretária do “Grupo de Trabalho” (coordenação das atividades entre as reuniões anuais, que formula e propõe a pauta e as teses do “documento base” para cada “Encontro Anual” e decide sobre a admissão de novos membros). Garcia afirmou que o papel fundamental do “Grupo de Trabalho” (GT) é organizar os Encontros anuais e que seu papel na Secretaria do GT é coordenar esta tarefa. Falou que é “complicado” o GT ficar se posicionando politicamente em nome do FSP, pois isto pode desrespeitar as idiossincrasias e a autonomia das distintas correntes e organizações nacionais. Disse que concebe o FSP como “uma feira política, onde cada organização mostra o que tem” e onde se realiza um intercâmbio de pontos de vista. Seu informe foi muito contestado. Houve várias intervenções que questionaram o fato de o GT através de sua secretária (Garcia) não se posicionar publicamente frente à agressão do imperialismo norte-americano e da OTAN à Iugoslávia, nem ter explicitado seu apoio aos “*Levantamientos Populares*” no Equador. Roberto Regalado (do PC de Cuba) afirmou que se, de fato, o FSP “não é uma Internacional”, nem esta é a pretensão dos partidos políticos que o integram”, ele é uma “organização política regional” de “cooperação de partidos e organizações políticas”. Dentro do “respeito a diversidade e sem sectarismos” - diz Regalado - deve ir além do “debate de idéias e do intercâmbio e socialização de experiências políticas”, pois deve traduzir as posições e acordos comuns em “uma prática política regional, sistemática e eficaz e este é um dos objetivos imediatos da instituição”. É importante e necessário o debate de idéias (e “quicá possamos debater mais e de modo mais profundo, pois devemos ser exigentes com nossas próprias carências na consolidação da unidade de esquerda, o que não decorre de mera



incapacidade tática, mas tem a ver com aspectos ideológicos e de análise das transformações mundiais e da atual dinâmica do capitalismo, que nem sempre debatemos com a profundidade necessária”). No entanto, “somos um organismo político, cuja eficácia se avaliará não tanto pelo que pensa e sim, essencialmente, por sua atividade política”; de modo que “seu GT deve ter a agilidade necessária, no mínimo, para manifestar posições que expressem uma resistência a ofensiva imperialista, uma condenação às agressões militares que violentam a auto-determinação dos povos e para coordenar uma ativa solidariedade política às lutas de massa que enfrentem políticas anti-populares de governos conservadores”. Deve constituir-se, concluiu o dirigente cubano, num “pólo de verdadeiras alternativas”, em um dinamizador do “esboço de estratégias de poder”, em um “fator fundamental da política de alianças, para gerar a energia e a capacidade política que nos permitam derrotar o imperialismo”; tudo isto “traduz o consenso mínimo que dá sentido à existência do FSP”.

Nas sessões plenárias da manhã e da tarde do dia 20 praticamente não houve debates. De manhã, uma série de oradores da “esquerda do FSP” procuraram, em intervenções de cinco minutos, desentranhar o quadro da situação mundial. Predominou um diagnóstico da crise do sistema capitalista em seu conjunto com perspectivas de agravamento nos próximos anos, críticas às insólitas ilusões reformistas e conciliadoras que se expressaram nas “oficinas” e propostas de alteração do “documento base”, criticado por suas **insuficiências** (como a ausência das proposta de “não pagamento da dívida externa”, de reestatização das empresas estratégicas privatizadas e de uma reforma agrária com o fim do monopólio latifundiário da terra; assim como a não citação da luta do MST do Brasil, do EZLN e do ERP no México e dos camponeses da ASP bolivianos) e **equivocos** (como, por exemplo, considerar que o governo reacionário de Fernando De La Rúa na Argentina seria “composto por forças de esquerda e progressistas”, ou as esperanças de “reformular” o FMI, o BM e o BIRD). Estas intervenções não obtiveram réplicas, talvez porque os representantes do PT brasileiro e do PRD do México não se fizeram presentes nestas plenárias e os membros da FSLN e da Frente Ampla preferiram evitar polarizações. Nós intervimos neste espaço, procurando resumir os elementos principais de nossa visão estratégica e tática.

A tarde houve o informe das “oficinas de discussão” e a aprovação de suas sugestões majoritárias, sem nenhum debate, nem qualquer espaço para a discussão sobre como encaminhá-las concretamente. Foi importante a aprovação por unanimidade (com uma abstenção) de uma moção que considerava como “tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana” (nesta afirmação coincidiram inclusive organizações definidamente reformistas e social-democratas, com um pronunciamento favorável do representante do Rainbow Lobby, que atua no interior do partido democrata dos EUA e participou como observador no Encontro), o que reforça a nossa luta por uma definição estratégica anti-imperialista para o movimento em gestação.

Na noite do dia 20, houve uma importante **reunião com a participação de 35 organizações identificadas com o socialismo revolucionário marxista**. Nesta reunião foi definida a **necessidade de se articular uma tendência de esquerda do FSP e aprovada a realização de uma reunião em Cuba, em julho deste ano, para implementar este objetivo**. Nós fomos a única organização brasileira presente. Se



definiu, com o nosso parecer favorável, que a “Esquerda do PT”, o PCB e o PC do B serão convidados para as próximas reuniões. Fomos favoráveis, pois pode ser muito positivo para a evolução destas forças que elas participem desta **tendência** e, de qualquer forma, é importante que os camaradas de outros países os conheçam mais diretamente. Houve consenso em torno da proposta de se lutar para transformar o FSP num espaço de articulação de um **Bloco Continental Anti-imperialista**. Esta proposta não pressupõe, por um lado, um pronunciamento pelo socialismo de todos os partidos, movimentos ou organizações direta ou potencialmente participantes do FSP, nem, por outro, alimenta ilusões num suposto “nacional-desenvolvimentismo” burguês: responde à necessidade de somar o maior número de forças populares possíveis para barrar a agressividade imperialista e construir uma ofensiva revolucionária anti-imperialista. Trata-se de um esforço para atualizar o conceito de Frente Anti-imperialista forjado pela IIIª Internacional nos seus inícios, que por proposta de Lênin cunhou no seu IIº Congresso a consigna que - ao integrar na perspectiva da Revolução Mundial os países coloniais, semi-coloniais e dependentes - modificou o clássico “proletários do mundo: uni-vos”, estampado no Manifesto Comunista, transformando-o em “proletários e povos oprimidos do mundo: uni-vos”. Deliberada e explicitamente, a proposição de um **Bloco Continental Anti-imperialista** centra-se na construção de um **bloco de forças sociais revolucionárias**, mas busca a adesão de forças políticas como o PRD de Cárdenas no México e o MBR de Chávez (que não incluem a meta do socialismo em sua plataforma), ou o PDT de Brizola e o PT de Lula no Brasil (que o incluem de modo diluído, numa perspectiva mais próxima à social-democracia), mas cujas contradições com os aspectos mais nefastos da política atual do capital monopolista são hoje efetivas. Tais forças podem vir a se compor com os monopólios, mas também podem vir a avançar, pois elas tem laços com o movimento vivo das massas proletárias e populares (e com a defesa dos interesses mais sentidos destas massas que formam sua base eleitoral), numa época em que a conquista de democracia para as massas, de libertação econômica e de qualquer progresso social só pode ser alcançada avançando na luta para liquidar a dominação dos monopólios imperialistas, colocando em seu lugar um poder revolucionário que tire nossos países do sistema capitalista mundial e inicie a transição para o socialismo. Em relação a estes companheiros devemos retomar a tática leninista de “aliança + crítica”. Trata-se de considerar como aliadas todas estas forças que protestam contra a política anti-democrática, anti-social e de dominação nacional dos monopólios e do imperialismo (ainda que com posições ideológicas diferentes das nossas) e ao mesmo tempo criticar ininterruptamente as concepções da sociedade, as ilusões reformistas e as políticas conciliadoras ou equivocadas destes aliados, de modo amigável e construtivo. Buscar estas alianças, não significa, portanto, desvirtuar a estratégia de liquidação da autocracia dos monopólios, de tomada de poder e de edificação do socialismo, ou em rebaixar o programa das forças marxistas revolucionárias. Pelo contrário, a participação em uma frente com estas características torna mais imperiosa a **necessidade de aguçar as armas teóricas, políticas e organizativas dos que afirmam a validade do marxismo-leninismo e a atualidade da Revolução Socialista**.

Para nós é necessário encontrar maneiras de preservar a **integridade de nossos princípios e estratégia socialistas** sem perder contato com as demandas imediatas e a luta para a **realização de finalidades e objetivos limitados**, divisando programas viáveis e flexíveis de ação para as várias forças que compartilham os amplos objetivos



comuns de luta. Nas condições atuais da esquerda latino-americana, a busca apressada do estabelecimento de uma ilusória “unidade ideológica” traria irreais “compromissos de princípio”. **Não pode haver nenhuma barganha sobre princípios.** Mas, para **realizar nossos princípios** de transformação socialista precisamos construir uma **consciência de massas socialista** na única forma possível da interação entre teoria e prática, de fusão entre uma **estratégia cientificamente fundamentada** e uma **ampla ação comum das massas**, com a articulação estratégica consciente de um **pluralismo** das forças anti-monopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias. A proposta de um **Bloco Continental Anti-imperialista**, parte do reconhecimento das diferenças, divisões e contradições existentes entre os vários componentes do movimento (inclusive sobre a base objetiva de suas complexas ramificações internas e internacionais) não para as preservar, mas para as superar da única forma viável: criar as mediações políticas e organizacionais específicas para assegurar o envolvimento ativo de todos os interessados. Assim o FSP tem um lugar na construção de uma necessária e adequada “divisão de trabalho” na estrutura geral de uma ofensiva socialista, que só pode surgir dos componentes **autônomos e coordenados** (e não hierarquicamente regidos e manipulados) de um **movimento inerentemente pluralista**.

A **construção das condições** para que este movimento possa assumir um **caráter prático-político coordenado** empenhado na articulação de um **Bloco Anti-imperialista Continental**, envolve uma batalha política árdua e de ampla envergadura. De imediato, nos limites da atuação neste IX Encontro, nossa “reunião da esquerda do FSP” decidiu concentrar os esforços na busca da efetivação de alguns avanços simples, buscando abrir caminho para um aperfeiçoamento e democratização da estrutura de decisão do FSP, para a construção criteriosa de um **programa mínimo adequado** e para a eliminação de vetos à forças revolucionárias íntegras (questionando os pretextos que encobriam preconceitos ideológicos ou artifícios para fabricar uma “correlação de forças estática” por meios administrativos e manipulatórios). Nossa reunião decidiu: encaminhar à plenária final a proposta de que o “Documento Base” não seja submetido a votação, mas encaminhado para a análise por parte de todas as organizações do FSP e que todos os aportes e críticas encaminhados ao GT nos próximos 8 meses sejam distribuídas para todas as organizações nacionais; retirar todas as passagens “conciliadoras” e “teoricamente equivocadas” da declaração política oficial do IX FSP; apoiar a inclusão do PT do México e dos Partidos de Porto Rico no GT e adotar o princípio rotativo na secretaria, com a substituição do PT brasileiro pela FMLN de El Salvador. Decidiu-se também, protestar e pedir explicações ao GT acerca da não admissão da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes e do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) do Peru como membros plenos do FSP.

Na plenária final, a proposta quanto ao “Documento Base” foi aprovada sem problemas. A resolução política do IX FSP, a “Declaración de Niquinohomo” (v. Anexo), que foi lida no **ato público em homenagem à Sandino** (realizado na sua cidade natal, Niquinohomo, no dia 21/02, aniversário de 66 anos de seu assassinato), foi expurgada de todos os trechos que expressavam uma perspectiva de conciliação de classes ou evidenciavam equívocos teóricos graves e ganhou uma redação avançada, digna de ser assumida pela esquerda continental. Por exemplo, o trecho “uma economia produtiva supõe a combinação de mercado e plano, a iniciativa privada é indispensável a economia, lutamos por desenvolver e democratizar o setor e os serviços públicos e por



estabelecer efetivamente a liberdade de fundar empresas, para permitir às grandes empresas aumentar os empregos, os assalariados, as riquezas criadas”, foi suprimida e substituída pela proclamação de “que a única forma de salvar a humanidade de uma segura autodestruição é colocar a satisfação das necessidades humanas e não a exploração e o lucro, como prioridade básica da sociedade futura”. As afirmações que descartavam o protagonismo central do proletariado como sujeito da revolução, nivelando-o aos “movimentos sociais das minorias”, baseadas na tese de que “todo sujeito social é um sujeito político e todo sujeito político se equivale”, foram todas substituídas pela tese “que a solução dos problemas do mundo passa pela erradicação, através da luta, das contradições fundamentais que hoje marcam a sociedade, isto é as contradições de classe que se encontram estreitamente relacionadas com as mais diversas formas de opressão, discriminação e exploração, entre elas, as de gênero, étnicas, raciais, culturais, religiosas, de grupos de idade, ou por preferencia sexual”. Já as questões referentes às modificações na estrutura do FSP e da admissão de novos membros foram objeto de acirrada polêmica e não puderam ser aprovadas em plenário, ficando para decisão das próximas reuniões do GT.

O Grupo de Trabalho era composto pelas seguintes organizações: PC de Cuba. PT do Brasil, FMLN de El Salvador, PRD do México, URNG da Guatemala, FSLN da Nicarágua, partidos membros da Colômbia (PC da Colômbia, FARC-EP, ELN, Presentes por el Socialismo) partidos da Rep. Dominicana (Força da Revolução, PLD, APD, PC do Trabalho, PTD-ML, MIV, PTD, PRD). Os Partidos da Rep. Dominicana abriram mão de continuar no GT e foram substituídos pelos partidos de Porto Rico (Partido Independentista de PR, Novo Movimento Independentista e Frente Socialista). Foi objetado que a decisão sobre a inclusão do PT do México no GT era uma prerrogativa do próprio GT após parecer do PRD. Foi aprovada uma indicação da Plenária para que o PT fosse incluído e desde já ele passaria a assistir as reuniões do GT. A questão de dar um caráter rotativo à secretária foi atacada de modo extremamente emocional por Carlos Baraibar da Frente Ampla do Uruguai, o qual argumentou que a proposta era uma “agressão contra Marco Aurélio”. Isto gerou um uma troca de farpas desagradável e para evitar maiores constrangimentos a FMLN declinou da indicação e se dispôs a auxiliar informalmente o atual secretário em algumas das suas tarefas.

A admissão de novo membros no FSP se dá por decisão do GT, mediante consenso das organizações membros do país da organização candidata à ingresso. O PC do Peru (Patria Roja, de origem maoísta) vetou o MRTA e o PT do Brasil “não vetou mas se opôs ao ingresso” da CCLCP, com o argumento que ela “não é representativa”. Narciso Isa Conde (ex-secretário-geral do PC dominicano, dirigente da Força da Revolução), protestou em plenário contra esta “política de exclusão’ de forças revolucionárias: “Os camaradas do MRTA não precisam provar que são de esquerda, já provaram com seu sangue. Se diz que eles se dissolveram. Ora, eles tem o direito de se reorganizar e merecem a nossa solidariedade. Todos conhecem a divisão ocorrida no PC brasileiro. Uma organização que leva o nome de Luiz Carlos Prestes, o cavaleiro da esperança; e que é fiel às suas posições revolucionárias - que representam uma marcante contribuição para a renovação estratégica da esquerda latino-americana, um marco na superação de equívocos reformistas - não pode ser excluída do nosso convívio com o argumento burocrático de que é pequena. A história da esquerda revolucionária mundial mostra que pequenos grupos podem crescer e desempenhar um papel transcendente na



história e que os grandes, quando não são coerentes, podem virar anões e até desaparecer”. Patricio Echegaray (secretário-geral do PC da Argentina) afirmou: “Marco Aurélio [Garcia] chora porque a Democracia Cristã Argentina não vem ao FSP, lamenta-se que o Partido Radical não vem. Eles não vem porque estão com Clinton e FHC, não tem o que fazer aqui. Mas enquanto isto, organizações revolucionárias batem a nossa porta e se lhes nega o ingresso. O ‘Todos Pela Pátria’ já cansou e nem renovou seu pedido. Agora é o MRTA e a CCLCP. É um absurdo impedir o ingresso destes camaradas”. Marcos Calarca (das FARC-EP) falou: “Marco Aurélio disse que a CCLCP é um grupo que não tem registro no tribunal eleitoral brasileiro. Tampouco nós temos registro no tribunal eleitoral da Colômbia. Isto não é critério para se avaliar o ingresso numa instituição internacional de esquerda. Marco Aurélio também disse que a CCLCP é um grupo cultural. Nós conhecemos os camaradas. Sabemos que são um grupo revolucionário, pequeno é verdade, mas honrado e solidário”. Marco Aurélio Garcia respondeu: “Nós não vetamos a CCLCP. Conversei com o seu representante e deixei claro que temos todo o respeito por eles e que não há nenhuma restrição de ordem política ou ideológica. Não quisemos nos privar das contribuições da Corrente Prestista (*sic*); por isto os convidamos para participar do FSP e pudemos escutar seus intelectualizados aportes. Mas acontece que para ser membro pleno eles tem que se configurar mais como partido; eles são o que dizem que são, uma corrente. De qualquer forma, ficamos de conversar no Brasil. Prefiro ter esta cautela, pois senão o FSP ficará inchado com pequenos grupos que não são representativos”.

O “Ato de Encerramento” do IX FSP, foi um comício de massas (com a presença de cerca de 50 mil pessoas), realizado entre as 17 e as 21 horas na cidade de Niquinohomo, que fica no Departamento de Masaya, a 80 Km. de Managua. José Balaguer leu a “Declaración de Niquinohomo” e depois fizeram uso da palavra Schafic Handal da FMLN de El Salvador, o companheiro Lula do PT brasileiro e Daniel Ortega candidato a presidente da República da Nicarágua pela FSLN.